



2012



INDICADORES DA GESTÃO FISCAL CONSOLIDADO GERAL

Período comparativo: até o mês de Dezembro de 2010, 2011 e 2012



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Antônio Marcos Gavazzoni

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

Adriano de Souza Pereira

ASSESSOR DO DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

Flávio George Rocha

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tatiana Borges

GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

Graziela Luiza Meinheim

GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco

GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL

Vera Lucia Hawerroth Santana

GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

Michele Patrícia Roncalio

ELABORAÇÃO:

Gerência de Informações Contábeis

EQUIPE:

Heber Lima da Costa

Janice Vilsélia Pacífico da Silveira

Paulo Rodrigo Capre

Rafael Almeida Pinheiro da Costa

Rogério Felipe Pereira

Rosangela Della Vechia

Tatiana Borges

Informações:

Telefones: (48) 3665-2773 ; 3665-2727 ; 3665-2710 ;
3665-2633 ; 3665-2723

E-mail: geinc@sefaz.sc.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600

Saco Grande II – Florianópolis – SC

As imagens foram extraídas da internet.

Sumário

CONSIDERAÇÕES GERAIS	1	Investimentos e Custeio dos Serviços Públicos.....	19
ANÁLISE DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL	2	Investimentos e Custeio dos Serviços Públicos - Aplicados diretamente pelo Estado.....	20
Resultado da Execução Orçamentária	3	Detalhamento das Despesas com custeio dos serviços públicos – Aplicados diretamente pelo Estado.....	21
RECEITAS	4	Transferências voluntárias realizadas pelo Estado	24
Receita Bruta Arrecada	5	LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....	25
Receita Tributária – Comportamento da arrecadação do ICMS.....	6	Receita Corrente Líquida – RCL	26
Receita Tributária – Comportamento da arrecadação do IPVA.....	7	Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal	26
Receitas Tributárias – Comportamento da arrecadação dos demais tributos	8	Receita Líquida de Impostos – RLI e Recursos do FUNDEB.....	27
Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União.....	9	Aplicação em Educação e Saúde	27
Comportamento das Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União	9	Dívida Pública de Empréstimos.....	28
Transferências Voluntárias Recebidas da União.....	10	Receita Líquida Real e o Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos	28
FUNDOSOCIAL e SEITEC	10	Saldo dos Precatórios a Pagar e Repasses para Pagamento dos Precatórios - Regime Especial.....	29
Metas Bimestrais de Arrecadação	11	Lei de Responsabilidade Fiscal – SC no cenário nacional.....	30
Acompanhamento das Metas Bimestrais de Arrecadação	12	Comparativo do Gasto com Pessoal do Poder Executivo com outras Unidades da Federação.....	30
Receita Líquida Disponível – RLD	13	Dívida Consolidada Líquida das UFs - 2º Quadrimestre/2012	31
Receita da Dívida Ativa	14	Receita Corrente Líquida - RCL das UFs - 2º Quadrimestre/2012	31
Dívida Ativa	15	PAINEL DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO GERAL.....	33
APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	16		
Gasto com Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas	17		
Déficit Financeiro Previdenciário	18		

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG/SEF, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho da gestão fiscal, o cumprimento das metas de arrecadação e dos limites legais, bem como atender à premissa da Transparência da Gestão Pública, ditada especialmente pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), disponibiliza mensalmente informações pormenorizadas no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda (<http://www.sef.sc.gov.br/>) e no Portal da Transparência (<http://www.transparencia.sc.gov.br>).

A Gerência de Informações Contábeis – GEINC/DCOG, com base nas informações consolidadas do Governo do Estado, englobando todos os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público, elaborou o demonstrativo em referência que visa a apresentação e análise dos Indicadores da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina. Este demonstrativo compara o exercício em andamento (2012) com os dois últimos exercícios (2011 e 2010) e está estruturado em duas partes, quais sejam:

1) análises e considerações dos principais Indicadores utilizando, em sua maioria, representações gráficas;

2) painel contendo todos os Indicadores.

A equipe da Gerência de Informações Contábeis fica à disposição de todos para prestar os esclarecimentos necessários para uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Santa Catarina.

ANÁLISE DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL

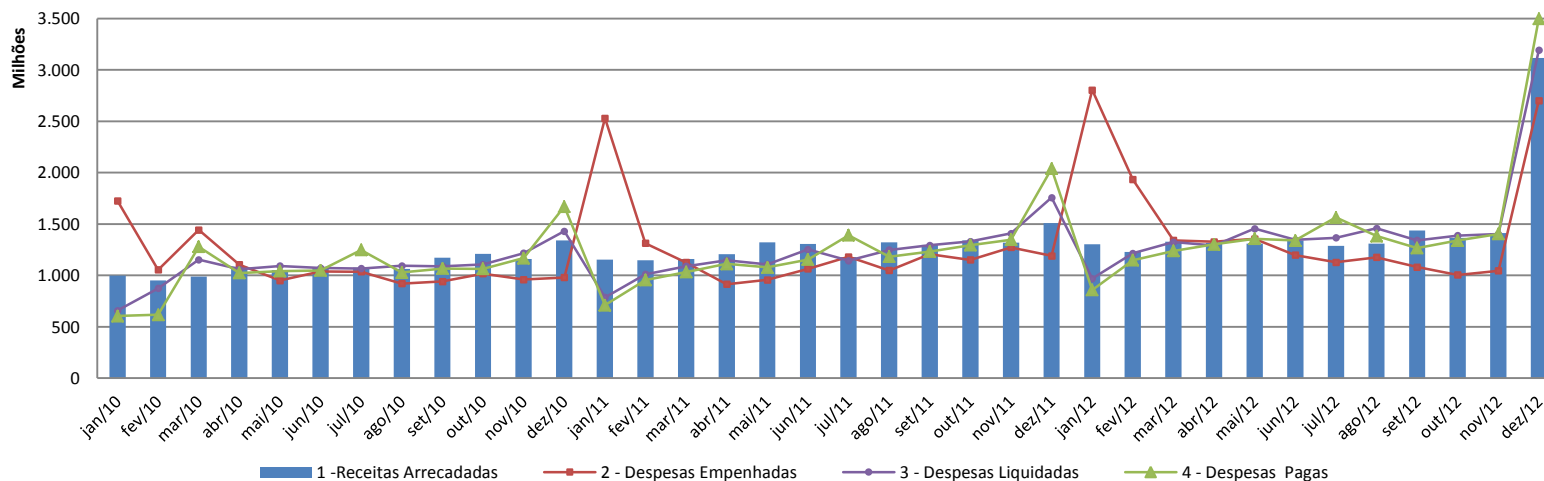


Resultado da Execução Orçamentária

O resultado da execução orçamentária é a diferença entre as receitas arrecadadas no ano e as despesas realizadas (empenhadas) no ano. No início da execução orçamentária, ou seja, na aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA, há o equilíbrio entre a receita prevista e a despesa fixada. No entanto, iniciada a execução orçamentária, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, dispõe-se de recursos disponíveis para contemplar ou suplementar despesas não fixadas na Lei Orçamentária, ou seja, as despesas são empenhadas com recursos de anos anteriores e não com recursos da receita arrecadada no exercício corrente.

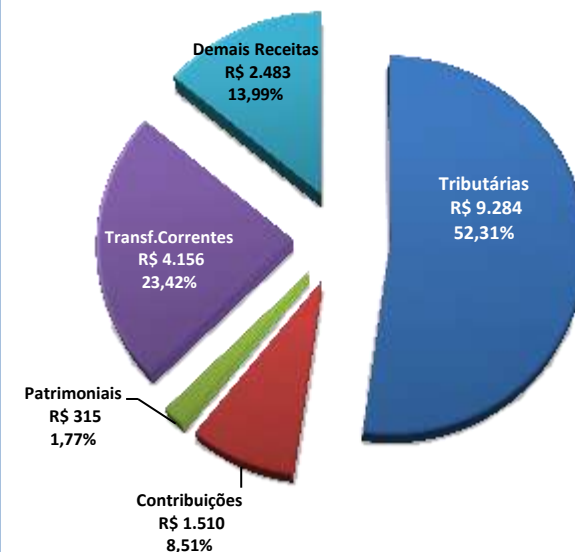


	Até o Mês - 2010	Até o Mês - 2011	Até o Mês - 2012
1 - Receitas Arrecadadas	13.169	15.260	17.748
2 - Despesas Empenhadas	13.167	14.952	18.089
3 - Despesas Liquidadas	12.904	14.569	17.743
4 - Despesas Pagas	12.859	14.523	17.696
5 - Superávit/Déficit Orçamentário (1-2)	2	308	(341)
6 - Despesas Empenhadas Financiadas com Recursos do Exercício Anterior	880	969	1.293

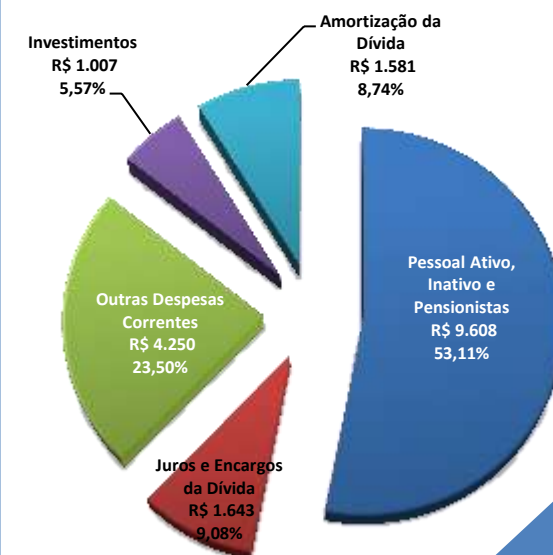


Em Milhões de R\$

Distribuição das Receitas Arrecadadas Líquidas até o mês 2012



Distribuição das Despesas Empenhadas até o mês 2012



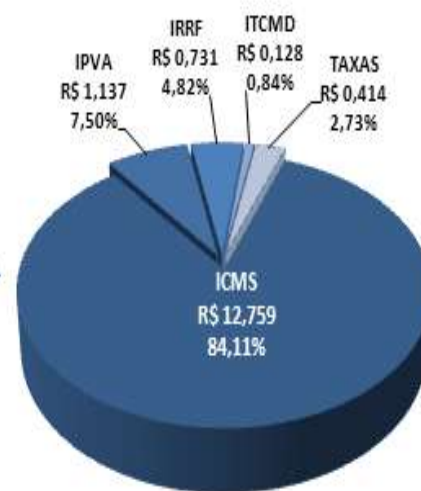
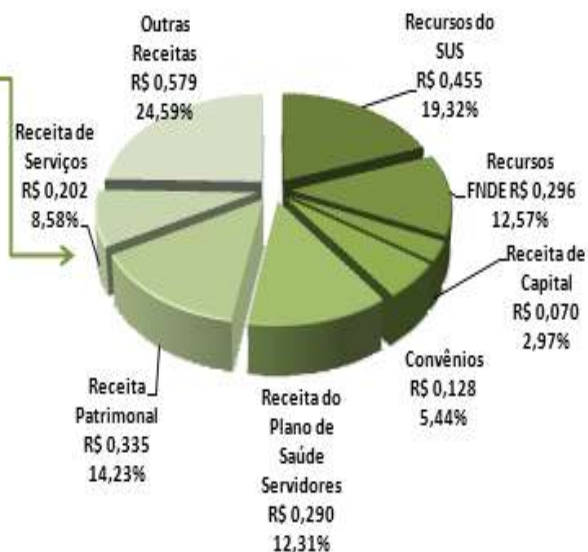
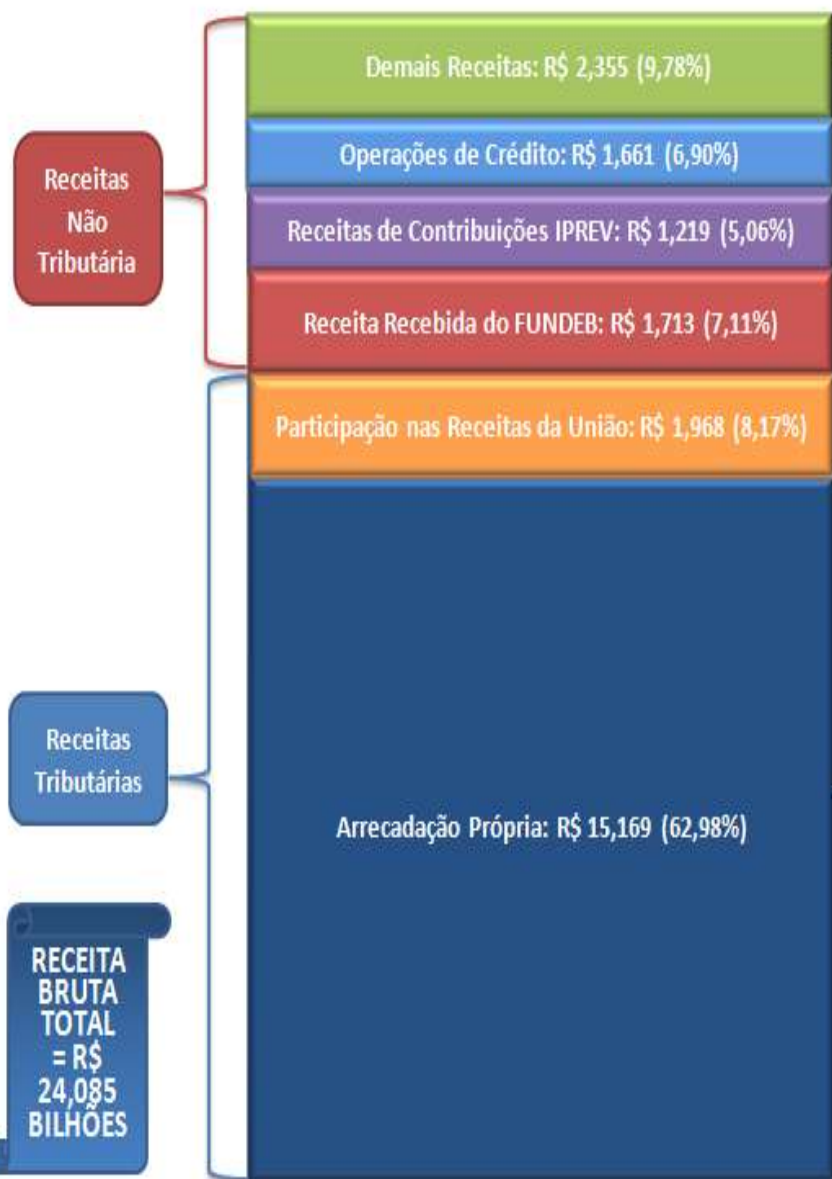


Receitas

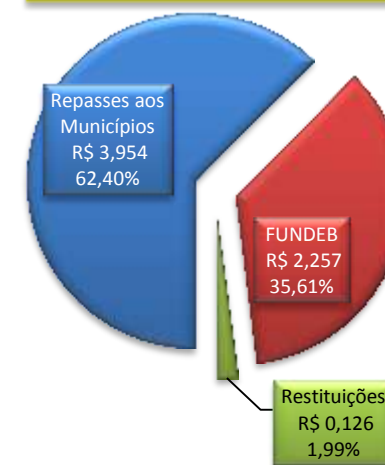




Receita Bruta Arrecadada - 2012



Deduções da Receita - 2012 - Em Bilhões



Do total arrecadado pelo Estado são transferidos aos municípios, por força constitucional, 25% do ICMS e do IPI e 50% do IPVA. Por força legal são transferidos 25% dos recursos do FUNDOSOCIAL e SEITEC. Ao FUNDEB são transferidos 20% dos recursos do ICMS, IPVA, ITCMD, FPE, ICMS desoneração, IPI e IOF ouro. Além disso, ocorrem devoluções e restituições das receitas.

Assim, do total arrecadado sobraram **R\$ 17,7 bilhões** para manutenção dos serviços públicos, investimentos e repasse aos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.



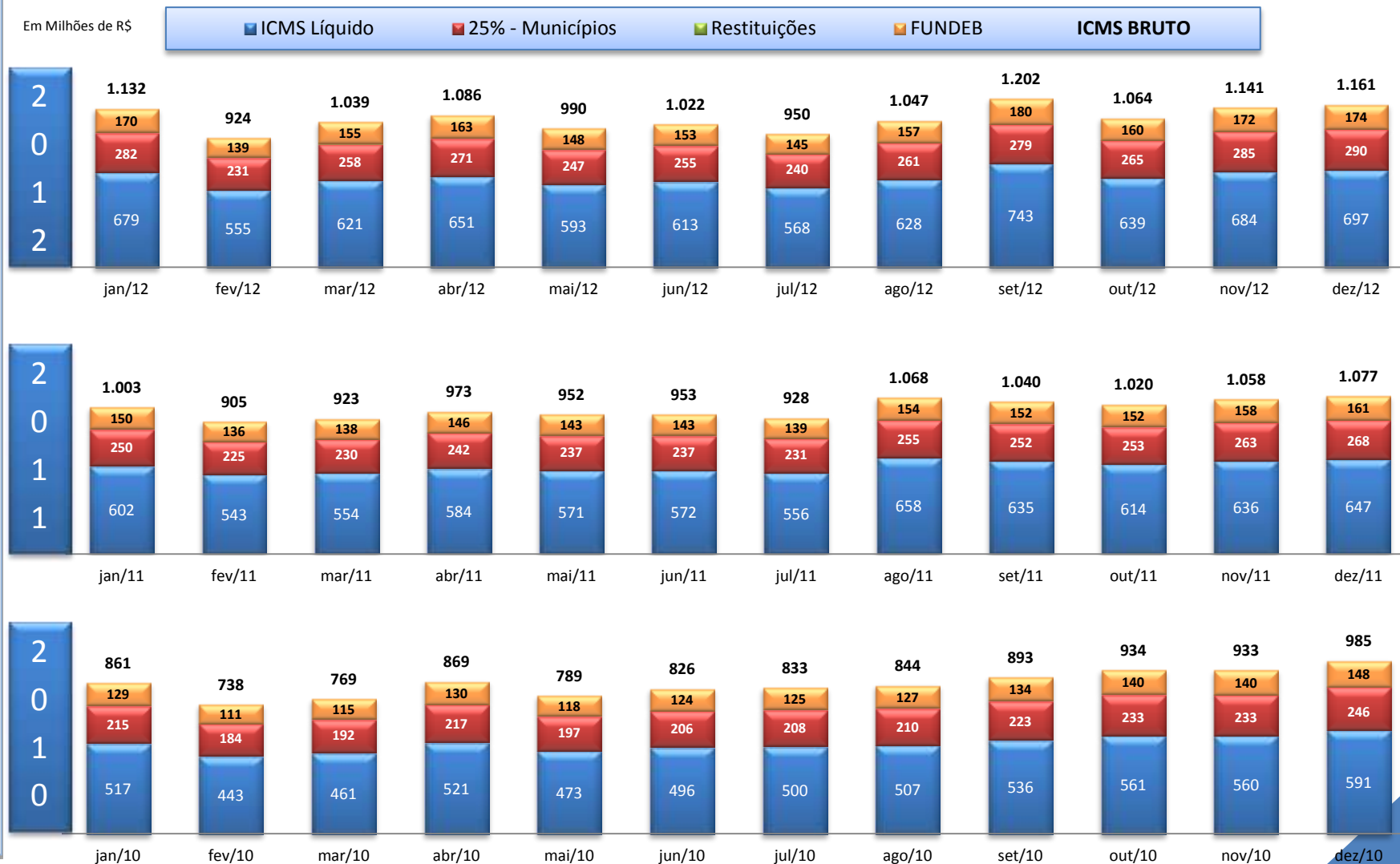
Receita Tributária – Comportamento da arrecadação do ICMS

Ano	=> ICMS Arrecadado	=>% de Cresc.
2012	=> R\$ 12,7 Bilhões	=> +7,23%
2011	=> R\$ 11,9 Bilhões	=> +15,82%
2010	=> R\$ 10,3 Bilhões	=> +21,59%

O ICMS¹ é a maior fonte de receita do Estado e representa mais de 80% das receitas tributárias.

Dos valores arrecadados pelo Estado, 25% são repassados aos municípios por força constitucional. Do valor restante, 20% são repassados ao FUNDEB. Além disso, são deduzidas as restituições e/ou devoluções aos contribuintes.

¹ Inclui os juros, as multas e a dívida ativa do ICMS





Valores até o mês de Dezembro de cada ano analisado

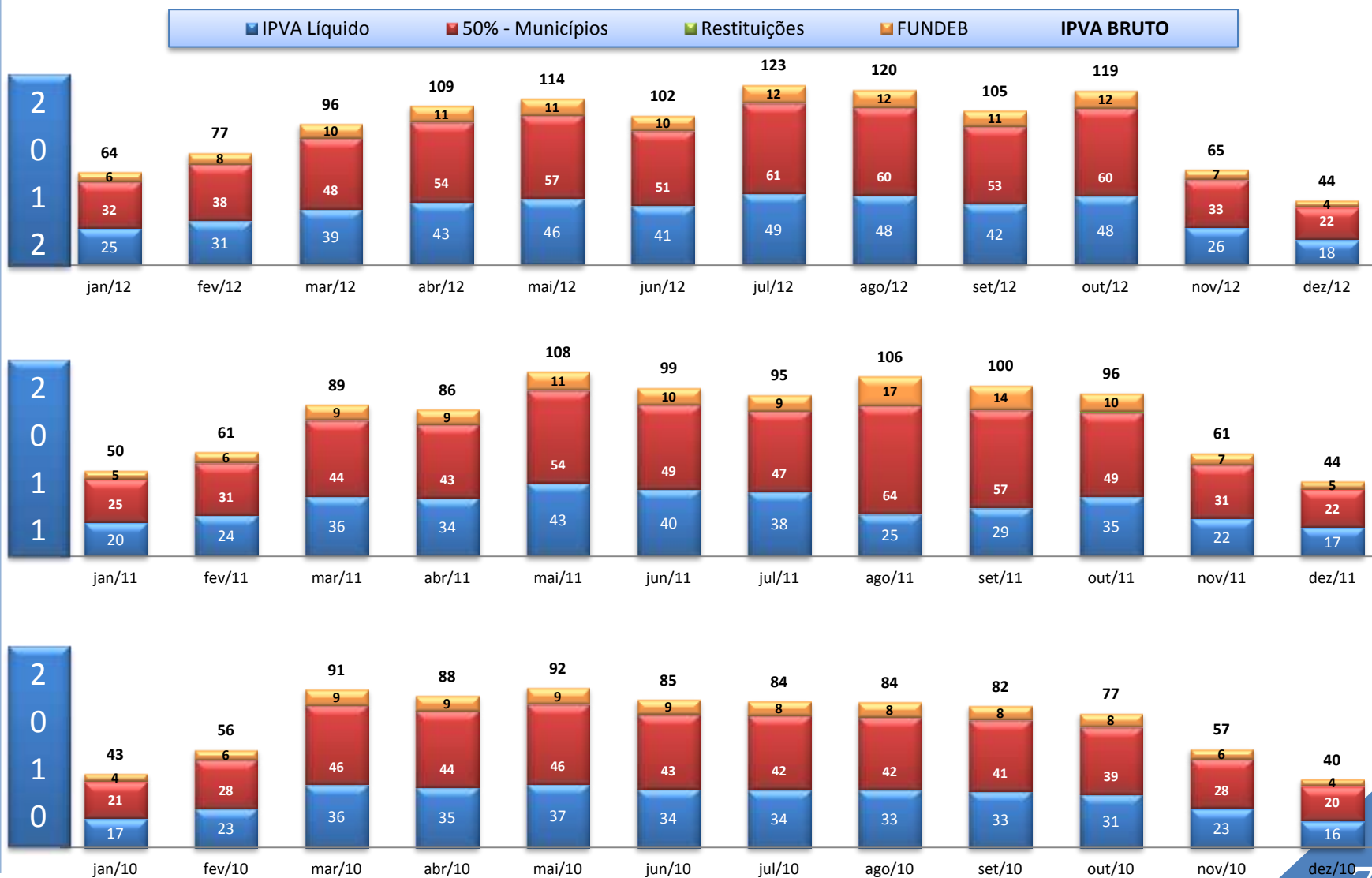
Receita Tributária – Comportamento da arrecadação do IPVA

O IPVA tem como fato gerador a propriedade, plena ou não, de veículos automotores de qualquer espécie.

Do total arrecadado por cada veículo, 50% é destinado ao governo estadual, enquanto que os outros 50% são destinados ao município onde o veículo foi registrado. Do valor restante 20% são repassados ao FUNDEB. Além disso, são deduzidas as restituições e/ou devoluções aos contribuintes.

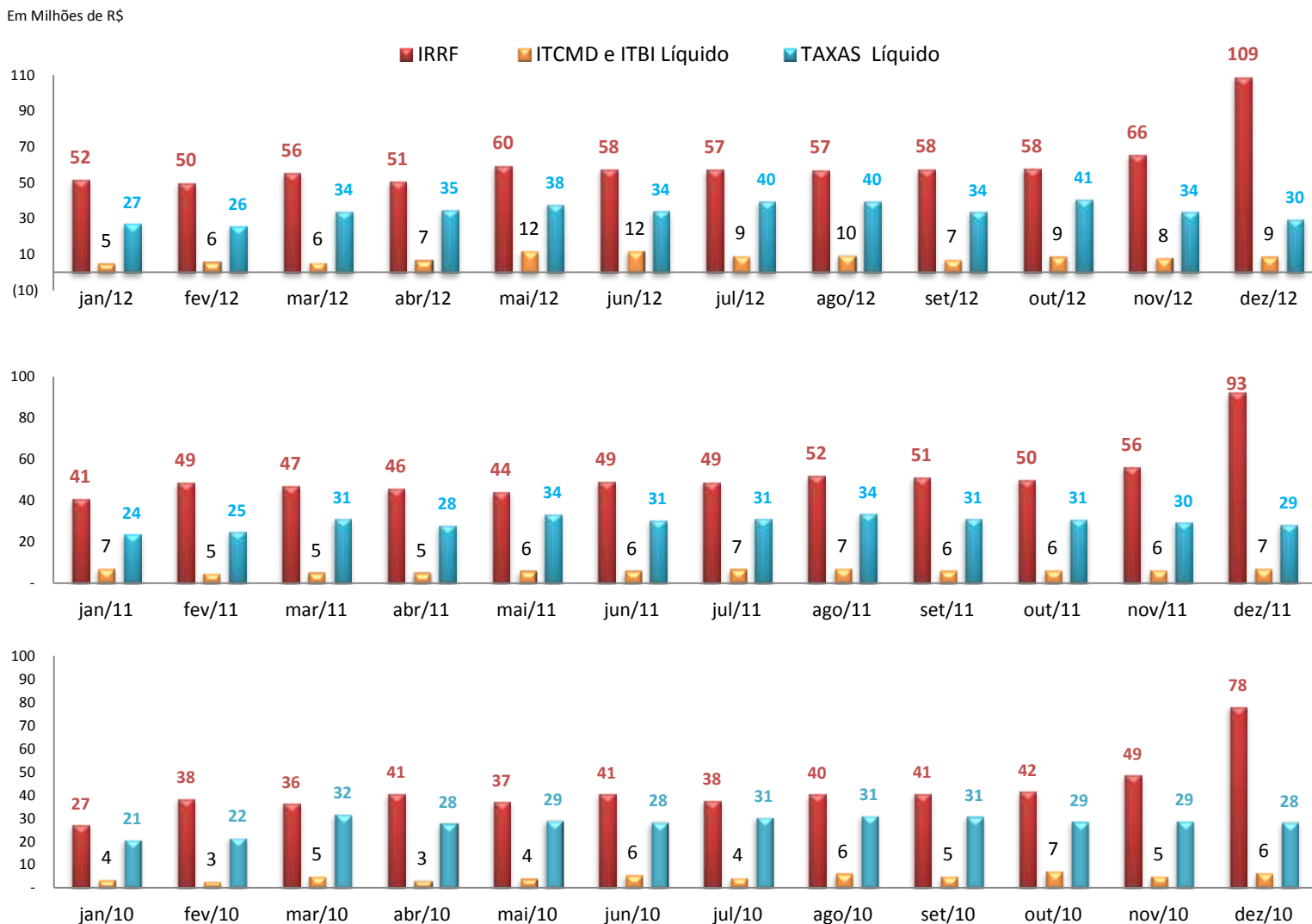
Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a propriedade de veículos de natureza hídrica ou aérea não é fato gerador desse imposto, sendo tão somente veículos de circulação terrestre. (RE 134.509-AM - rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ acórdão Min. Sepúlveda Pertence, 29.05.2002).

Em Milhões de R\$



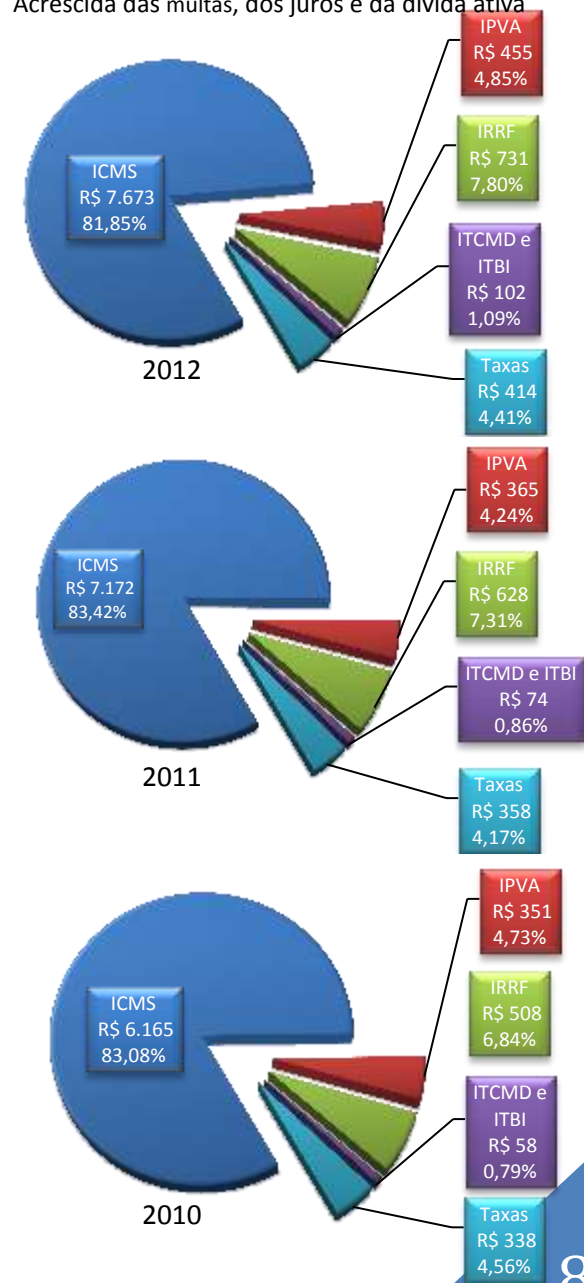


Receitas Tributárias – Comportamento da arrecadação dos demais tributos



Receita Tributária Líquida

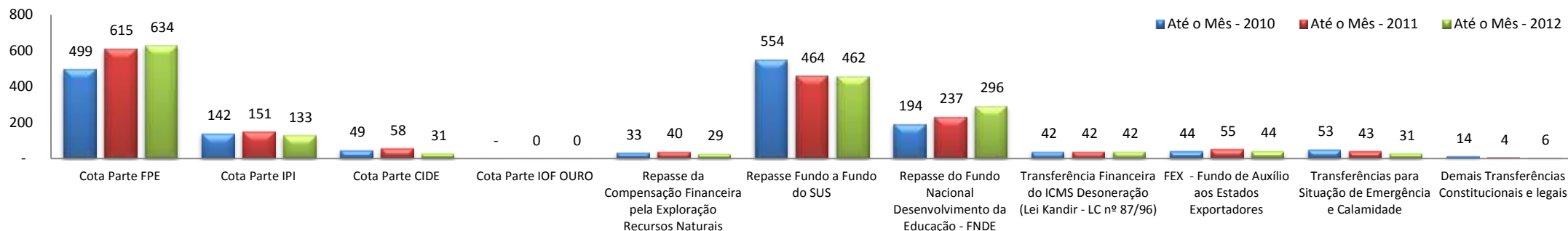
Acrescida das multas, dos juros e da dívida ativa



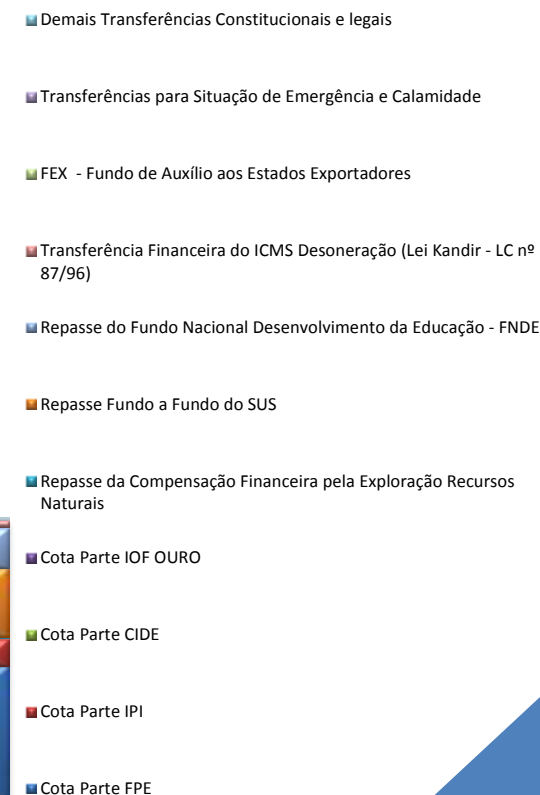
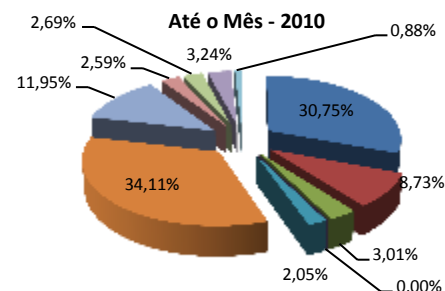
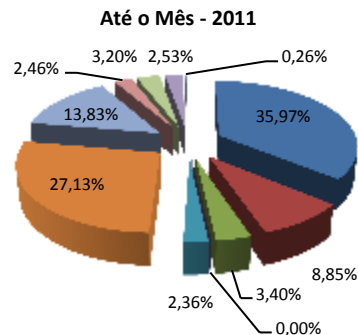
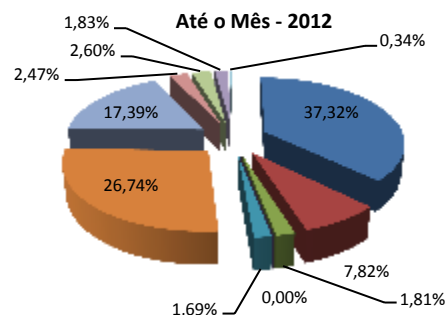


Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União (Líquidas dos repasses aos municípios e Fundeb)

Em Milhões de R\$

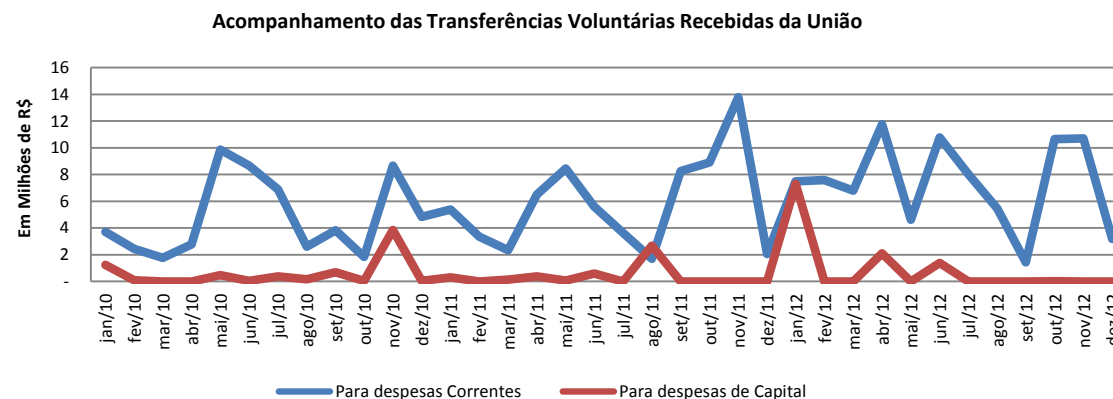
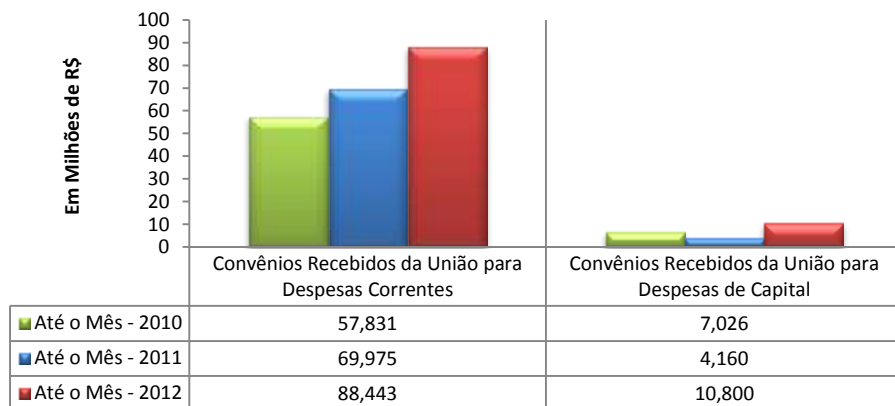


Comportamento das Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União



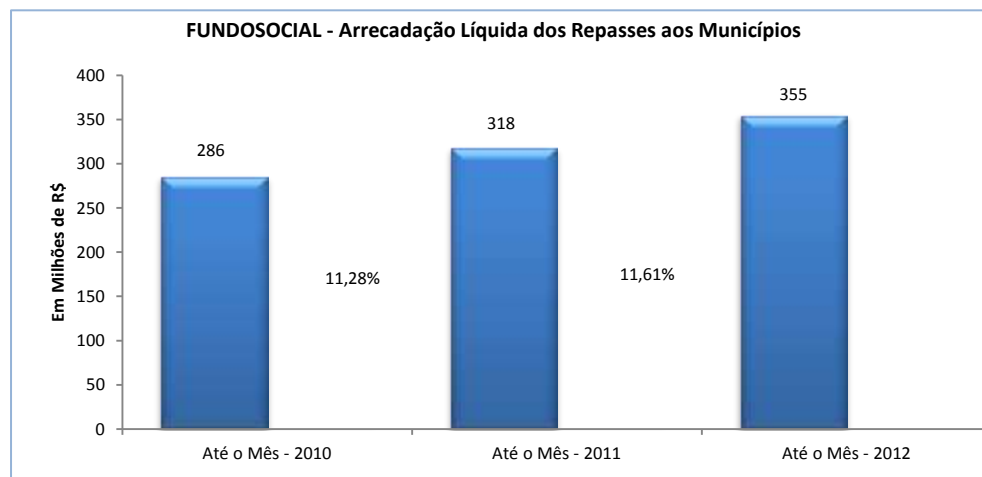


Transferências Voluntárias Recebidas da União



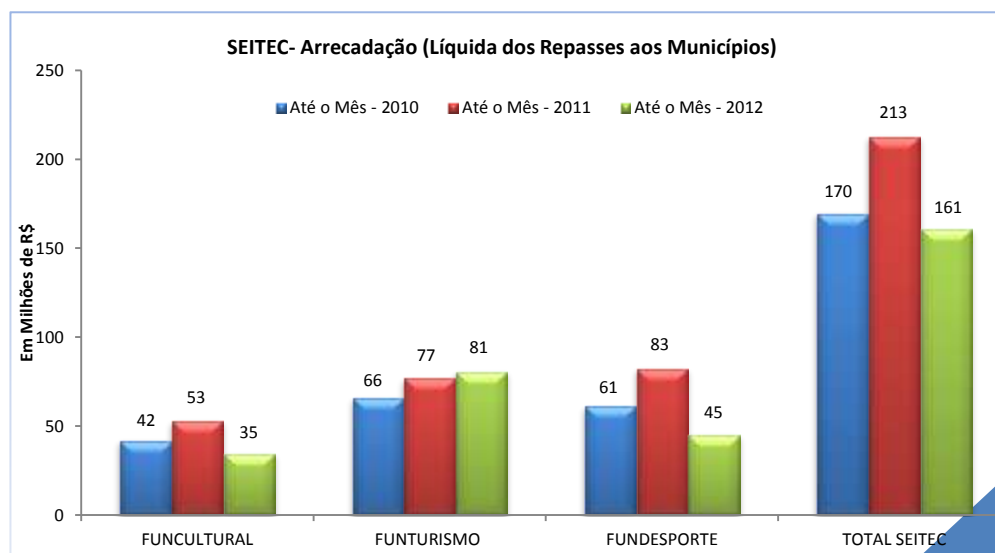
FUNDOSOCIAL

Criado pela Lei nº 13.334/2005, o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL tem como finalidade financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades, no Estado de Santa Catarina, inclusive nas áreas da cultura, esporte e turismo, educação especial e educação superior. É um fundo de natureza financeira constituído de reserva de recursos públicos, gerido pela Secretaria de Estado da Fazenda até julho de 2011, quando passou a ser gerido pela Secretaria de Estado da Casa Civil.



SEITEC

O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC, instituído pela Lei Estadual nº 13.336/05, é composto pelos Fundos Estaduais de Incentivo à Cultura – FUNCULTURAL, ao Turismo – FUNTURISMO e ao Esporte – FUNDESORTE. Os Fundos do SEITEC, geridos pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, têm por objetivo estimular o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos.





Metas Bimestrais de Arrecadação

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

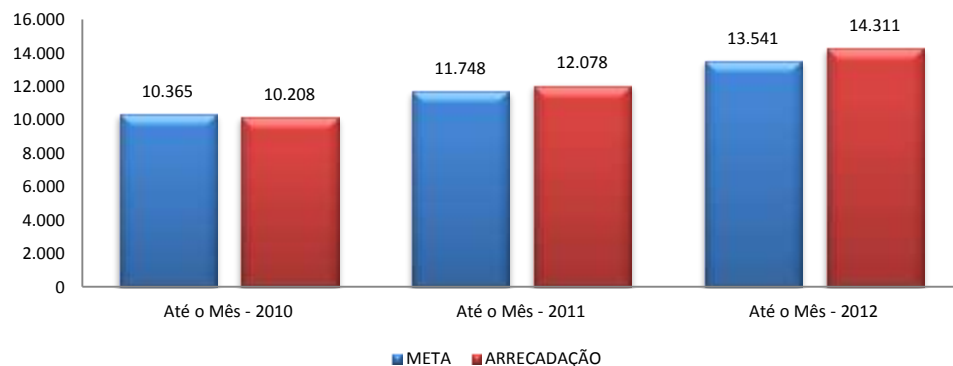
As metas são monitoradas mensalmente, por Fonte de Recursos, agrupadas em dois grupos de destinação de recursos:

• **Recursos do Tesouro** - São aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, normalmente pelo órgão central de programação financeira, que administra o fluxo de caixa, fazendo liberações aos demais órgãos e entidades integrantes da Lei Orçamentária Anual. As principais receitas são os Impostos (ICMS, IPVA, ITCMD), as Taxas (Segurança Pública e outras), o Salário Educação, a receita recebida do FUNDEB e as Operações de Crédito.

• **Recursos de Outras Fontes** - São aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está geralmente sob responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos Especiais e Empresas), mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores. Geralmente esses recursos têm origem no esforço próprio das entidades pelo fornecimento de bens, prestação de serviços e exploração econômica do patrimônio próprio.

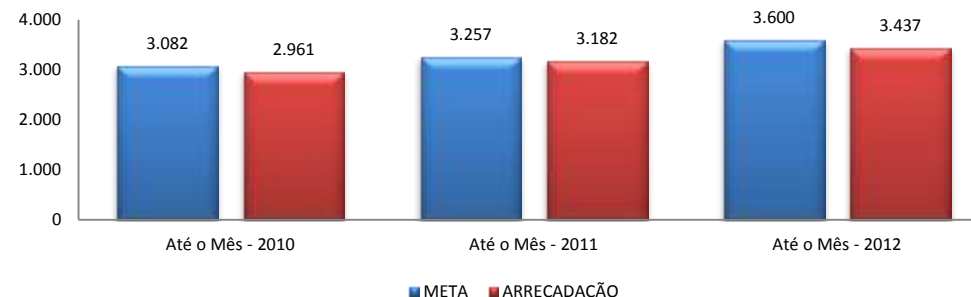
Em Milhões de R\$

Recursos do Tesouro

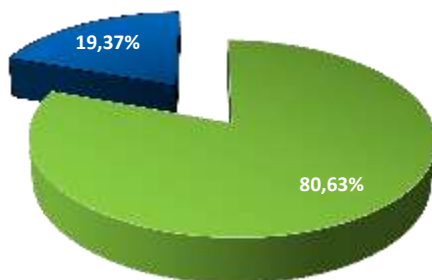


Em Milhões de R\$

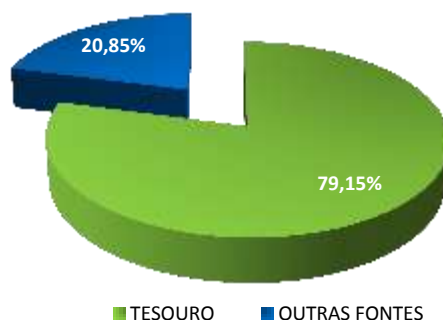
Recursos de Outras Fontes



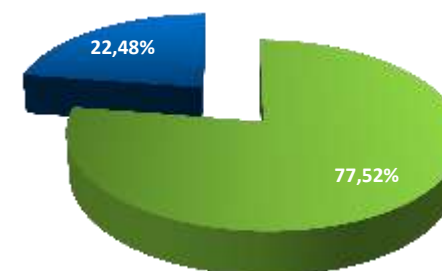
2012 - Arrecadado Até o Mês



2011 - Arrecadado Até o Mês

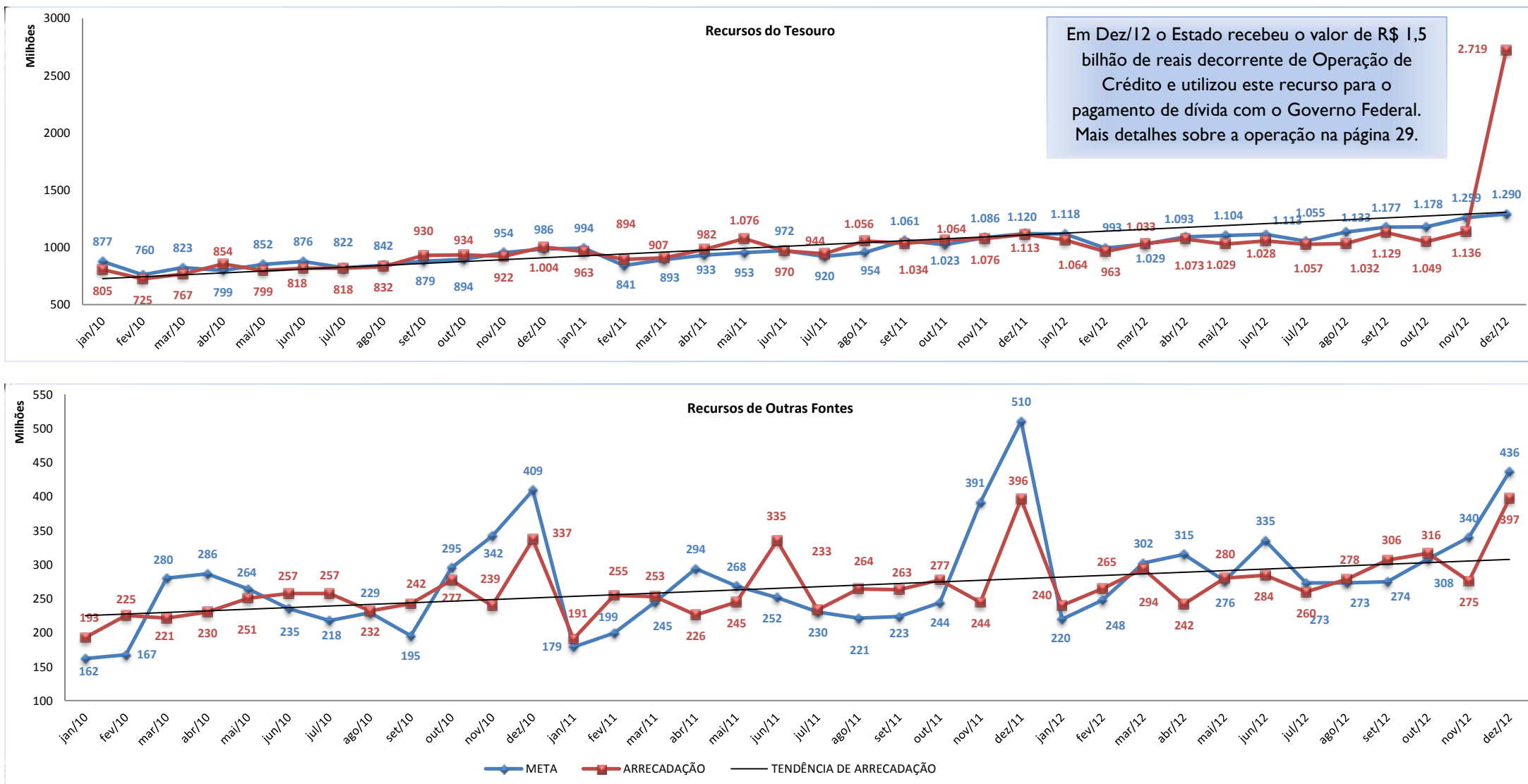


2010 - Arrecadado Até o Mês





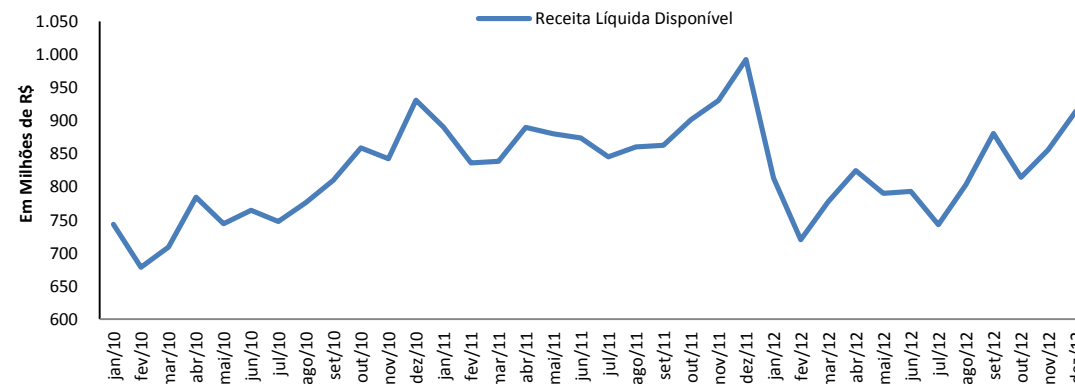
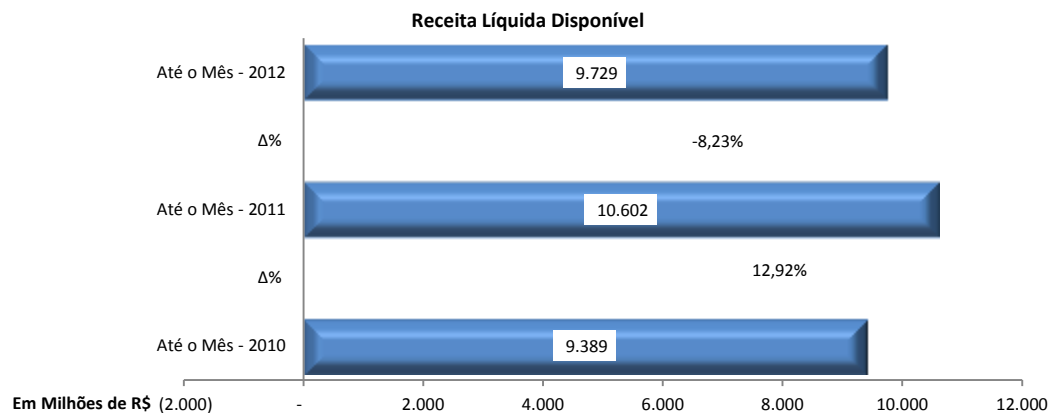
Acompanhamento das Metas Bimestrais de Arrecadação





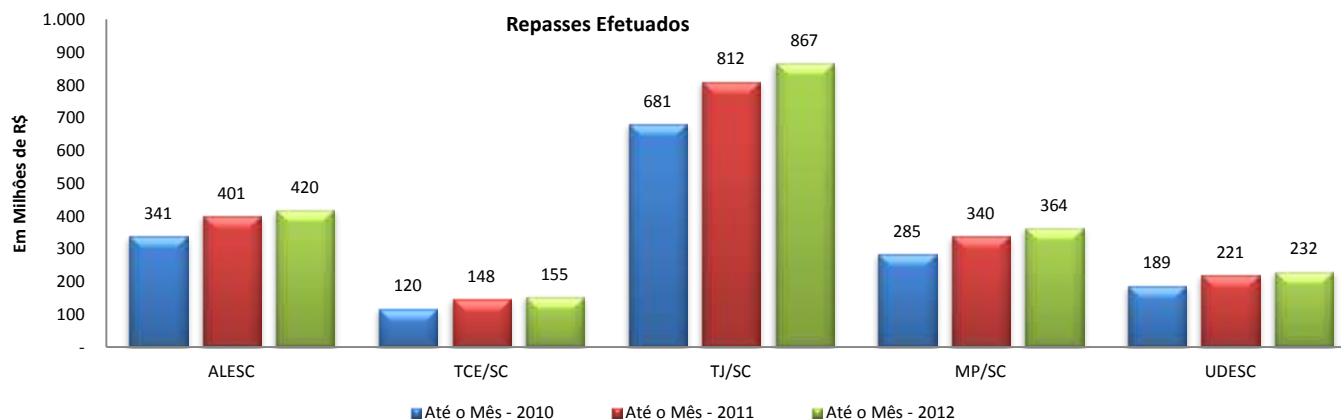
Receita Líquida Disponível – RLD

Conceito de receita estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para elaboração dos orçamentos da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Udesc.

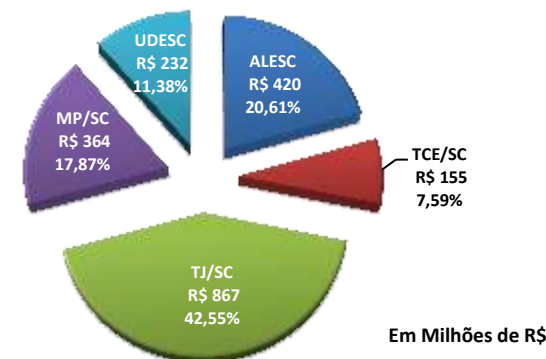


Repasses Financeiro aos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Udesc

Assim como o conceito da RLD, os percentuais de repasses aos Poderes, Órgãos e Udesc também são definidos na LDO. Cabe ao Tesouro do Estado o repasse mensal, calculado com base da RLD do mês anterior. Para 2012 foram definidos os seguintes percentuais: **Alesc - 4,51%, TCE - 1,66%, TJ - 9,31%, MP - 3,91% e UDESC - 2,49%.**



Repasses Efetuados - Acumulado Até o Mês 2012

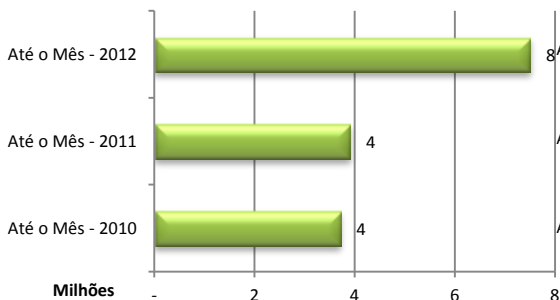


Para maiores informações sobre a Receita Líquida Disponível, os repasses aos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Udesc, bem como as demais receitas destes Poderes e Órgãos, recomendamos a leitura do Demonstrativo Receitas e Recebimentos por Poder e Órgão, disponível no Portal da Transparência www.transparencia.sc.gov.br no item Receita Pública ou através do link <http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/receita-p%C3%BAblica/relatorios/250>

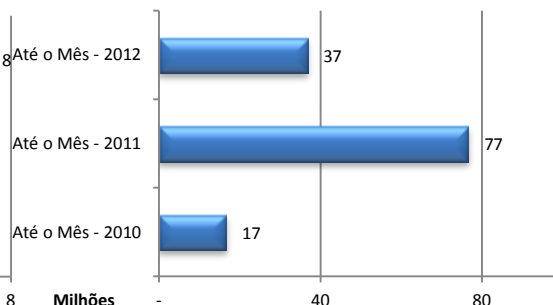


Receita da Dívida Ativa

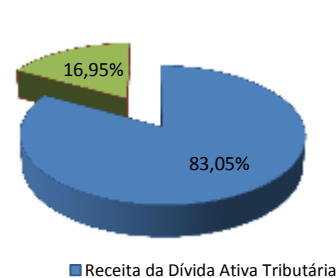
Receita da Dívida Ativa Não Tributária



Receita da Dívida Ativa Tributária



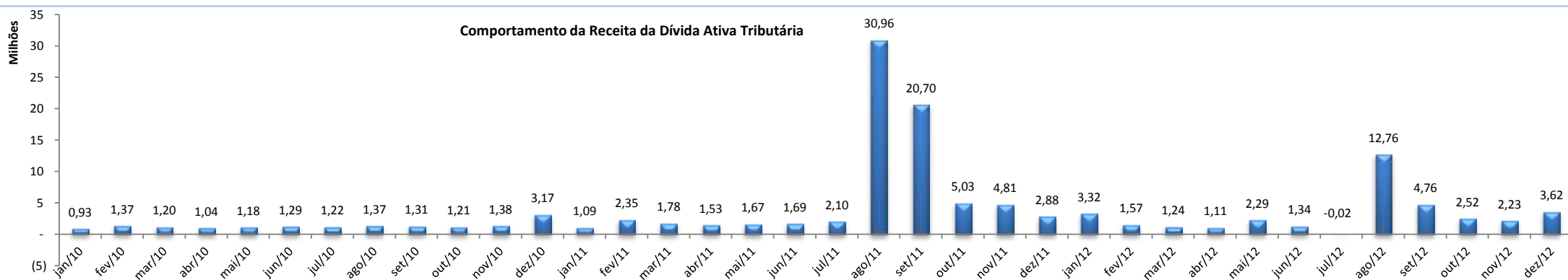
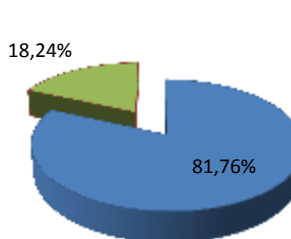
Até o Mês de 2012



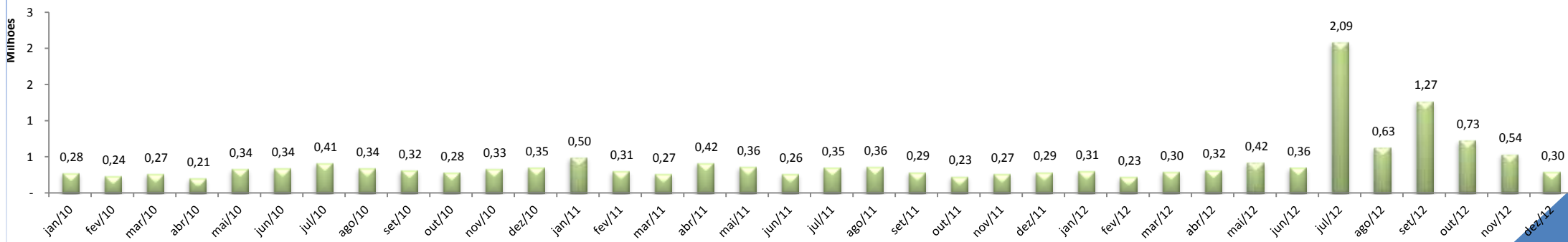
Até o Mês de 2011



Até o Mês de 2010



Comportamento da Receita da Dívida Ativa Não Tributária

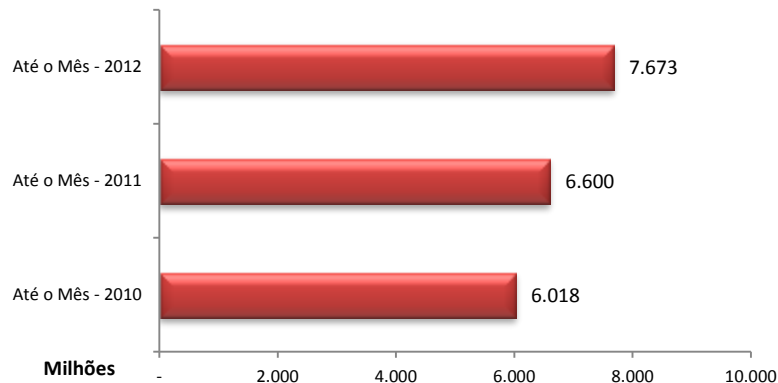


- O comportamento da receita tributária acima da média corresponde ao período de arrecadação dos Programas Revigorar III e IV.

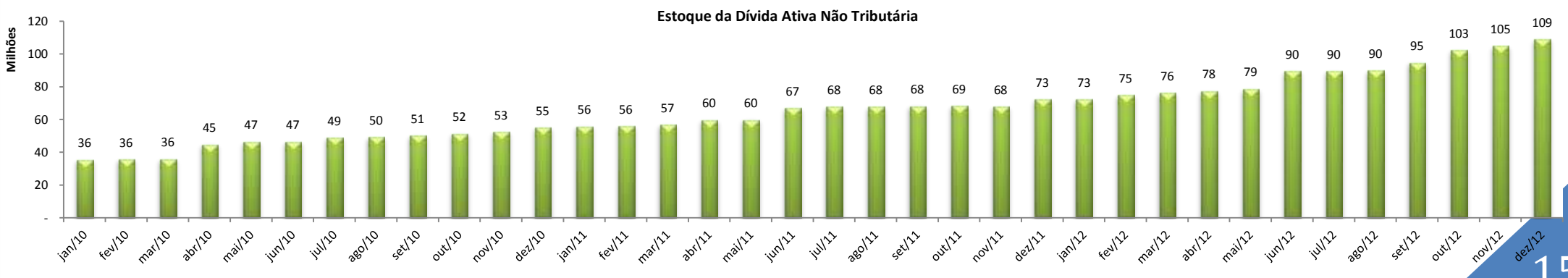
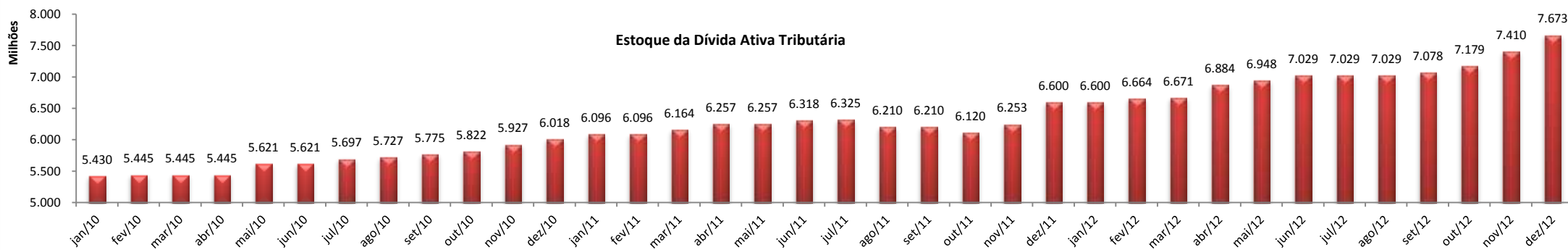
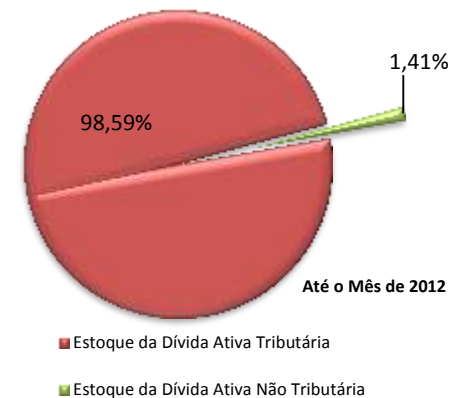
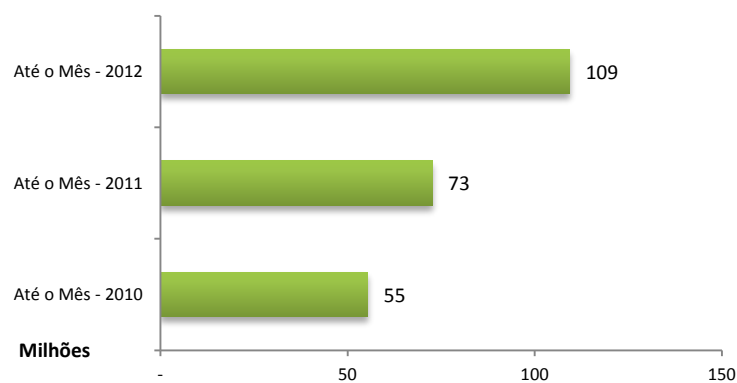


Dívida Ativa

Estoque da Dívida Ativa Tributária



Estoque da Dívida Ativa Não Tributária





APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

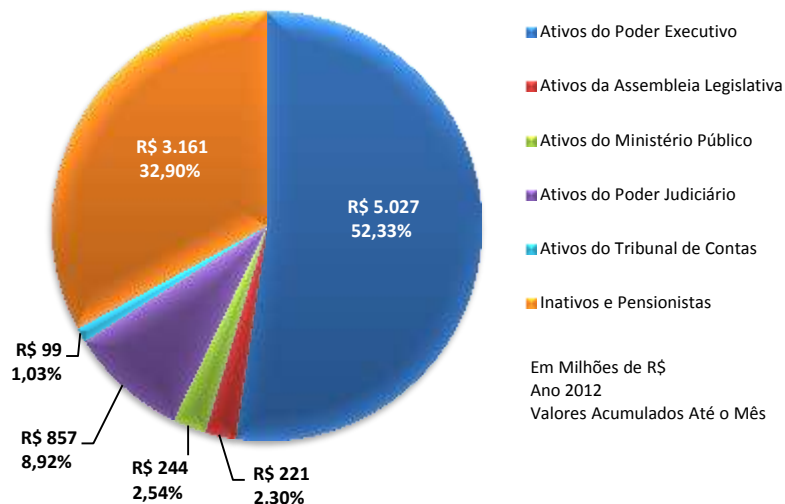
Os recursos públicos arrecadados pelo Estado são aplicados no funcionamento e na manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade, sendo os mais significativos detalhados nas páginas 17 a 23.





Gasto com Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas

Despesas de Pessoal do Estado

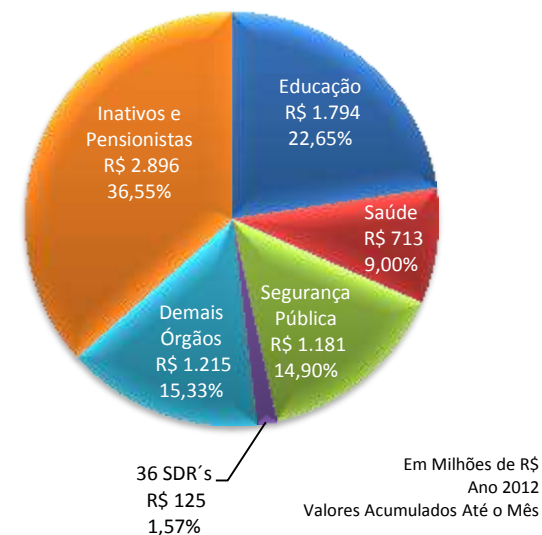


Neste quadro são apresentadas as despesas brutas com Pessoal e Encargos.

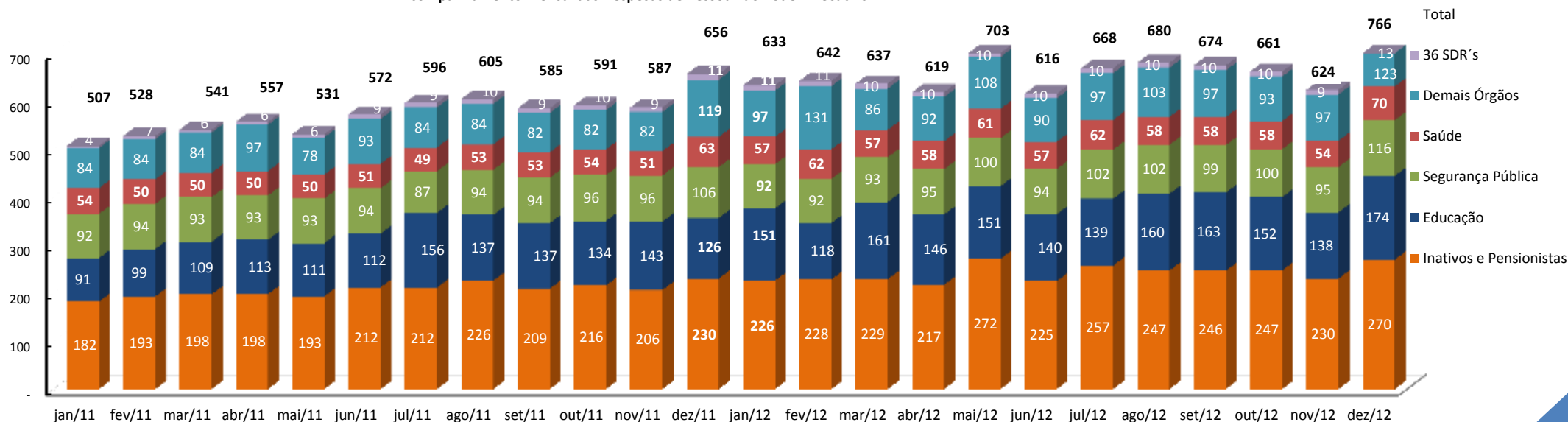
Ressalta-se que as Despesas com Pessoal consideradas para fins de limite da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF diferem das despesas apresentadas neste quadro, pois para o cálculo da LRF são acrescidas as despesas com substituição de mão-de-obra e deduzidas as despesas de exercícios anteriores, sentenças judiciais, indenizações trabalhistas e as despesas de inativos e pensionistas pagas com recursos do IPREV.

Na página 25 pode-se verificar o comportamento das Despesas com Pessoal para fins de limite da LRF.

Despesas de Pessoal do Poder Executivo



Acompanhamento Mensal das Despesas de Pessoal do Poder Executivo



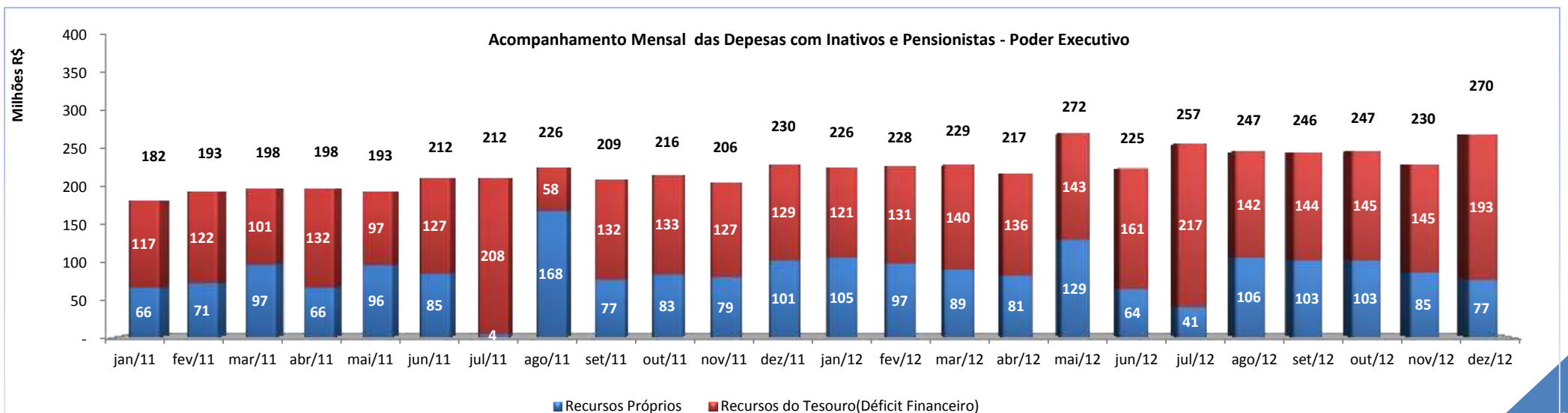
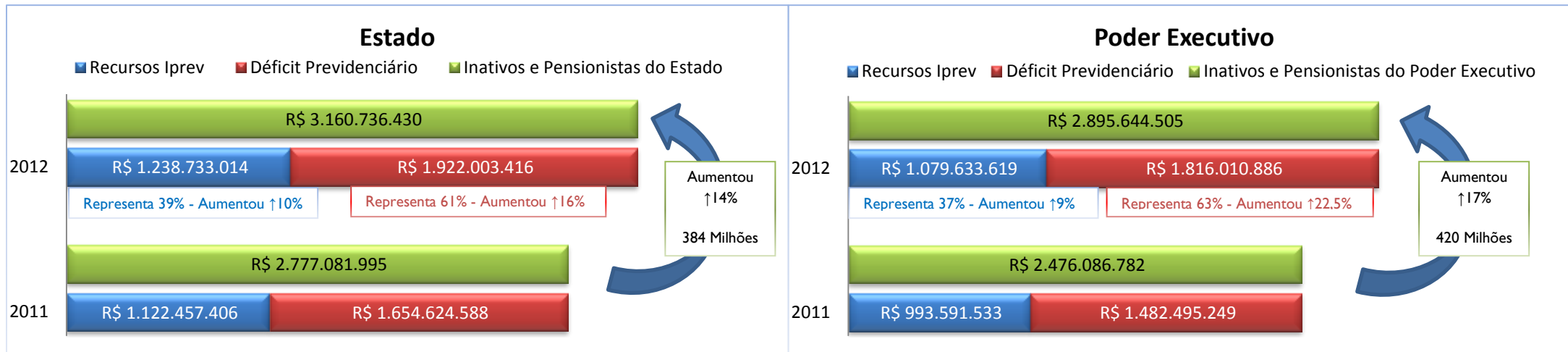
Observação: As nomeações dos ACTs da Educação e dos cargos comissionados das SDRs ocorreram a partir do mês de fevereiro/11. Em Julho/11 foi implantado o piso nacional do Magistério.

Em janeiro de 2012 foi concedido reajuste de 8% aos salários dos servidores em duas parcelas: 4% em janeiro e 4% em maio. Além disso, R\$13 milhões da provisão do 13º salário do mês de abril/2012 foram contabilizados em maio/2012.



Déficit Financeiro Previdenciário

O pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores inativos e aos pensionistas é de responsabilidade do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, conforme definido na Lei Complementar nº 412/2008. No entanto, a própria lei determinou que o déficit financeiro (resultado da diferença entre os valores arrecadados pelo IPREV e os pagamentos aos inativos e aos pensionistas) é de responsabilidade do Poder ou Órgão no qual o servidor está vinculado. O déficit financeiro repassado mensalmente pelo Poder ou Órgão ao IPREV também é chamado de cobertura da insuficiência financeira. No caso do Poder Executivo a responsabilidade da cobertura da insuficiência financeira é do Tesouro do Estado.





Investimentos e Custeio dos Serviços Públicos

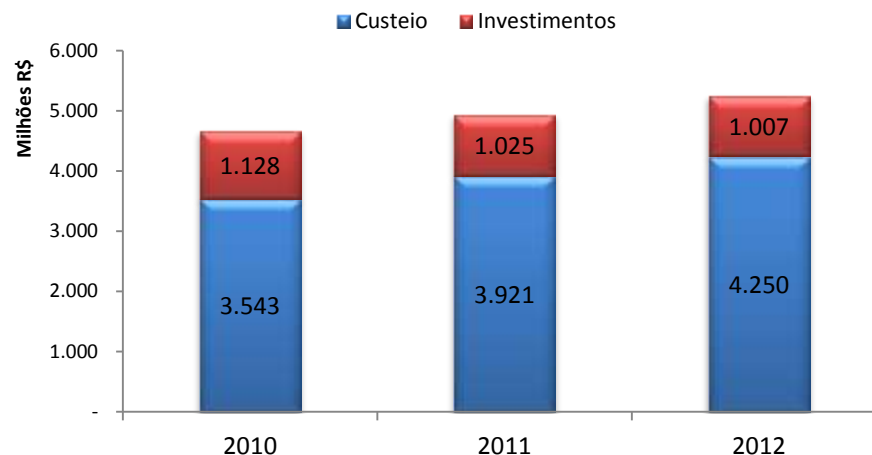
Investimentos

Representam as despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à aquisição de instalações, de equipamentos e de materiais permanentes. No valor total dos investimentos também foram consideradas as inversões financeiras¹.

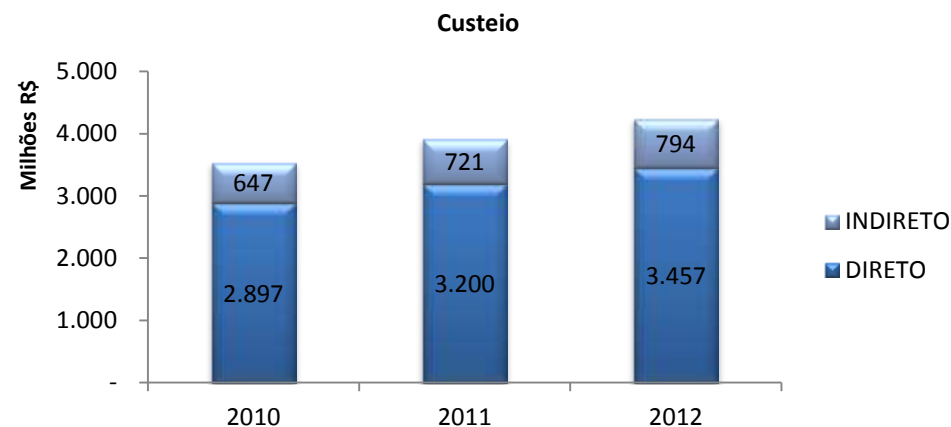
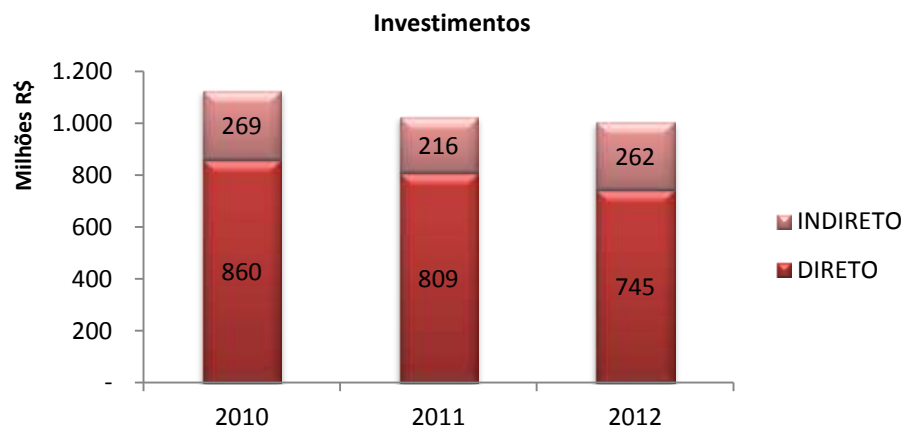
¹ Representam as despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, bem como as despesas com constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Despesas de Custeio

São as despesas necessárias à manutenção da ação governamental e à prestação de serviço público, tais como: serviços de terceiros, compra de material de consumo e gasto com conservação de bens móveis e imóveis.



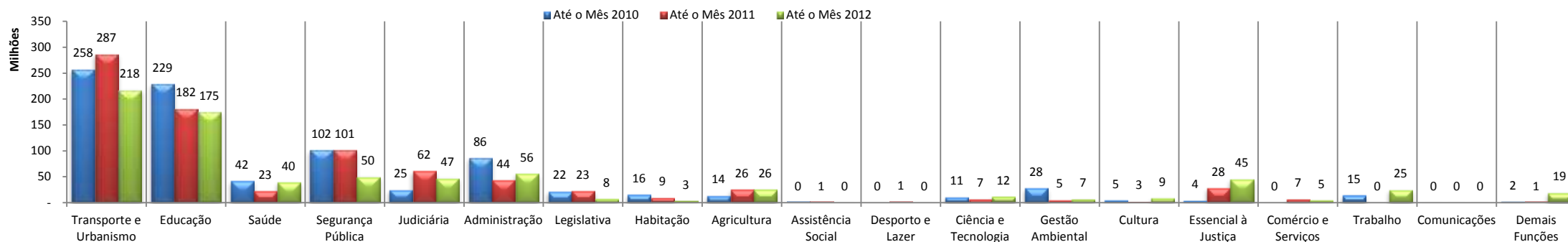
Os investimentos e as despesas de custeio podem ser realizados diretamente pelo Estado (diretos) ou mediante transferências voluntárias para entidades públicas ou privadas (indiretos). Os investimentos e as despesas de custeio realizados diretamente pelo Estado são detalhados nas páginas 20 a 23. Já as transferências voluntárias realizadas pelo Estado são apresentadas na página 24.



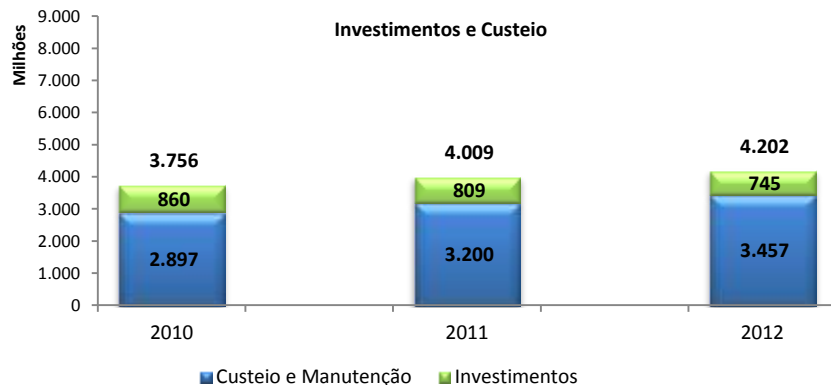
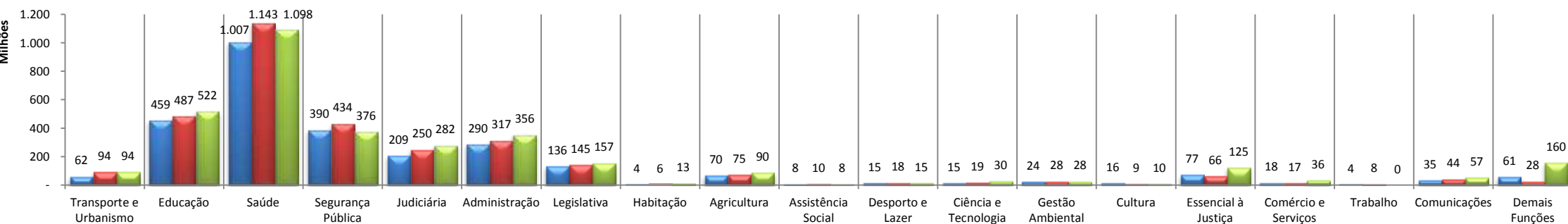


Investimentos e Custeio dos Serviços Públicos - Aplicados diretamente pelo Estado

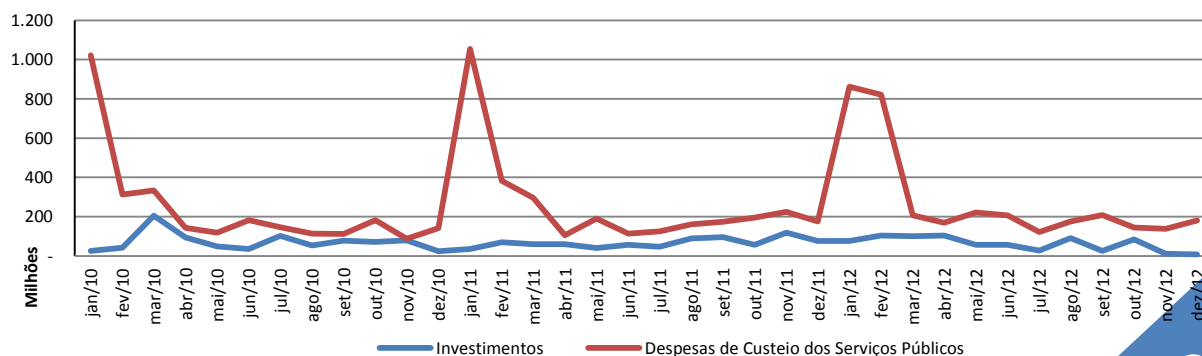
Investimentos por Função de Governo



Custeio dos Serviços Públicos por Função de Governo



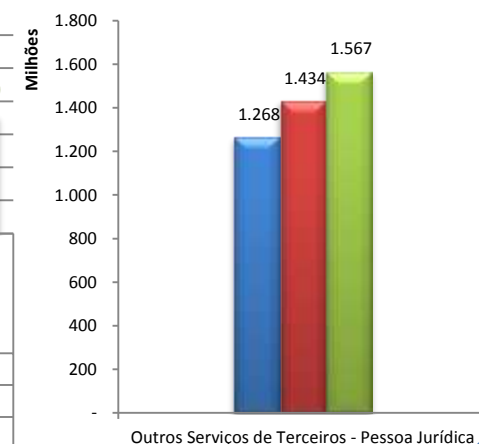
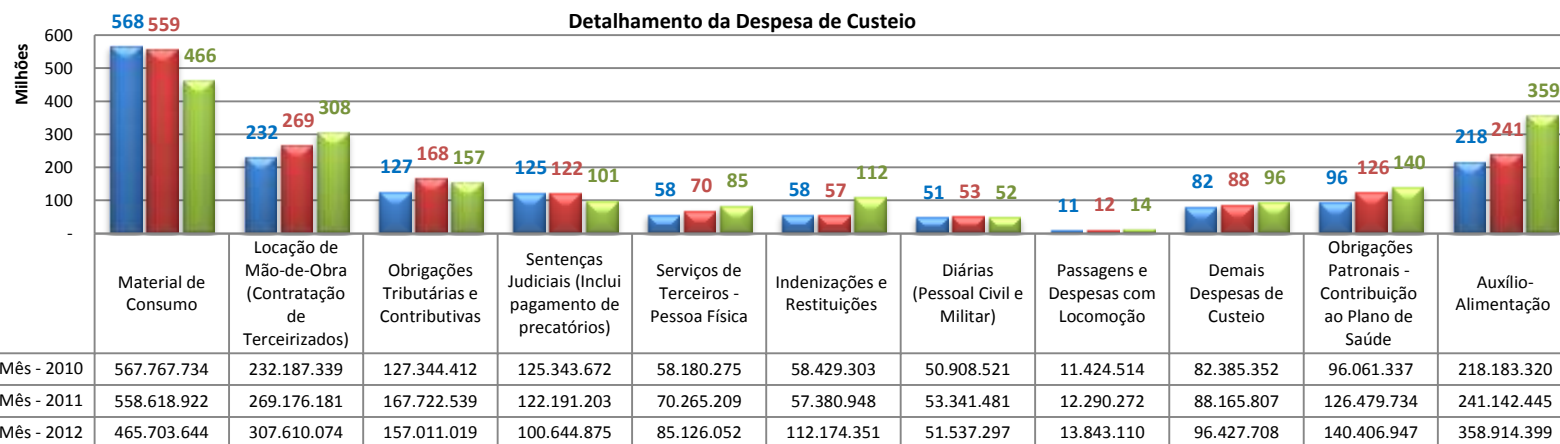
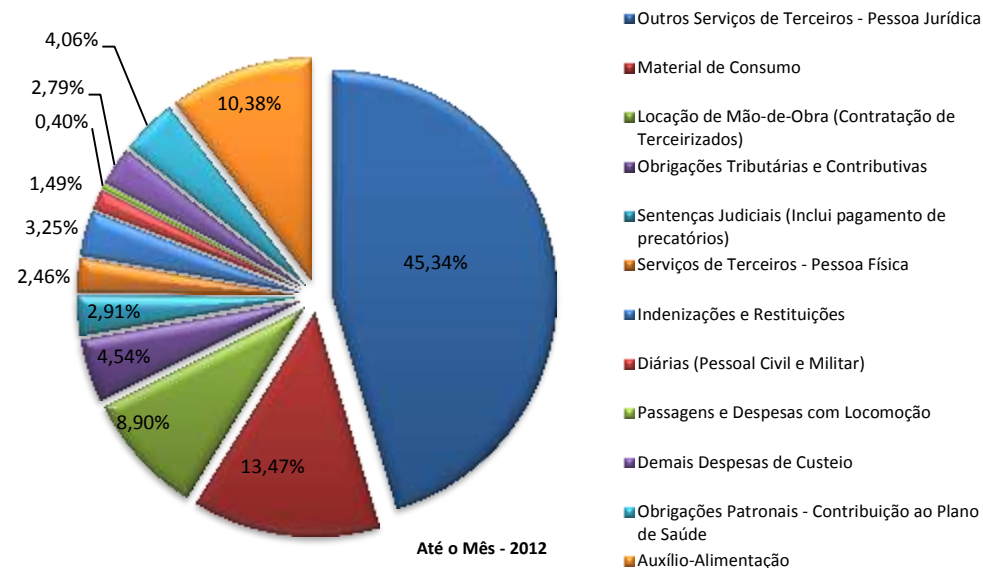
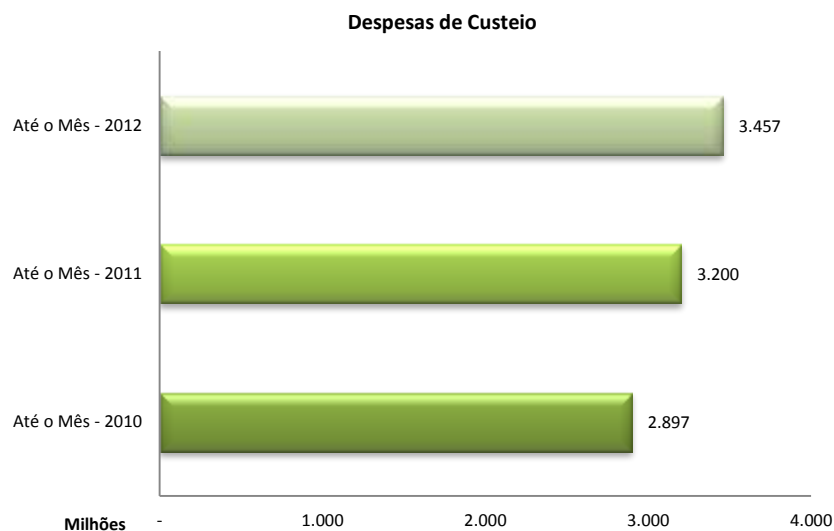
Acompanhamento Mensal dos Investimentos e Despesas de Custeio dos Serviços Públicos





Detalhamento das Despesas com custeio dos serviços públicos – Aplicados diretamente pelo Estado

As despesas de Custeio são aquelas que visam a manutenção dos serviços públicos existentes e que se destinam à conservação de bens móveis e imóveis. Aqui são detalhadas as despesas aplicadas diretamente pelo Estado.

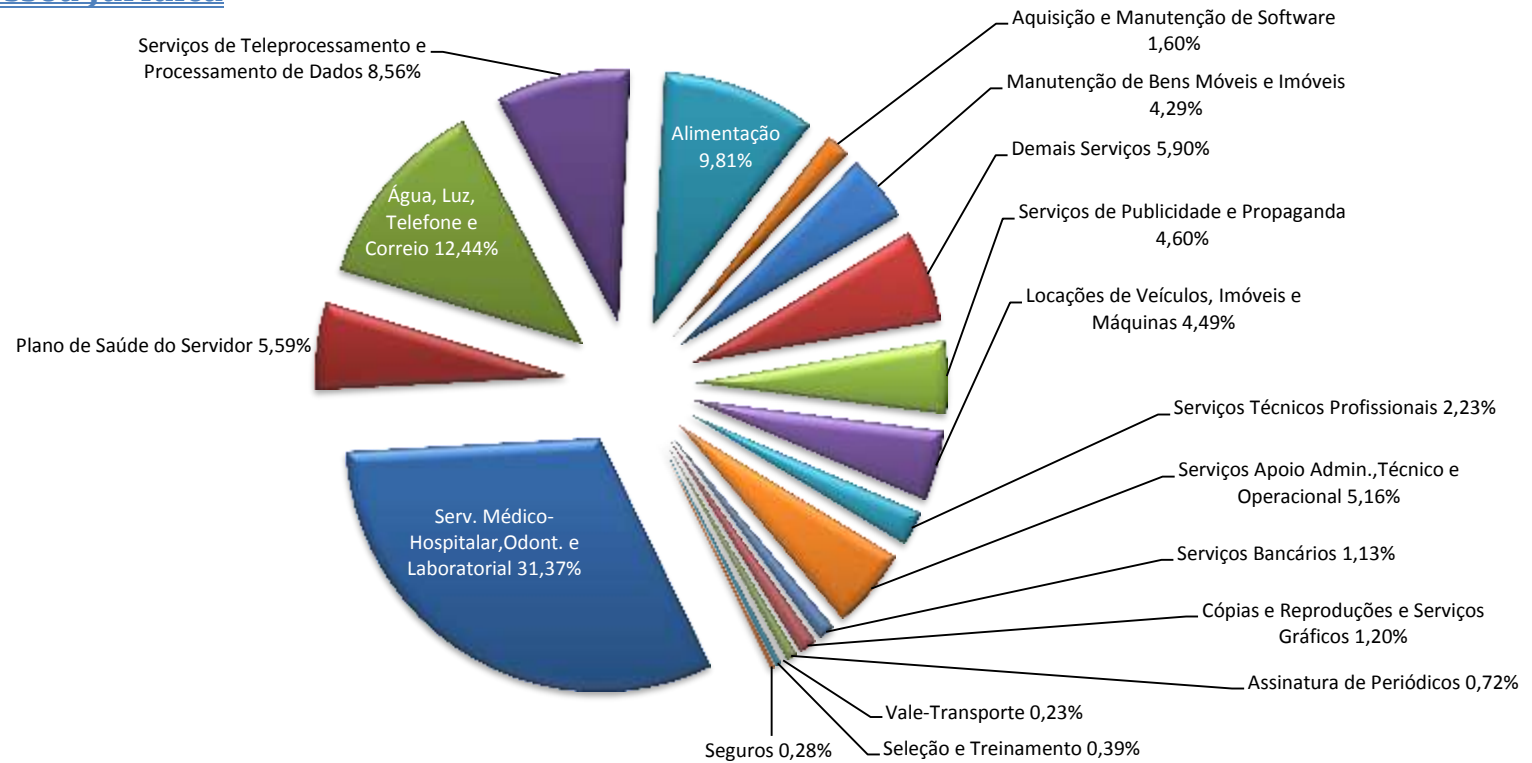


O auxílio-alimentação concedido aos servidores foi reajustado em janeiro de 2012 em 100%, dividido em duas parcelas: 67% em janeiro e 33% em julho.

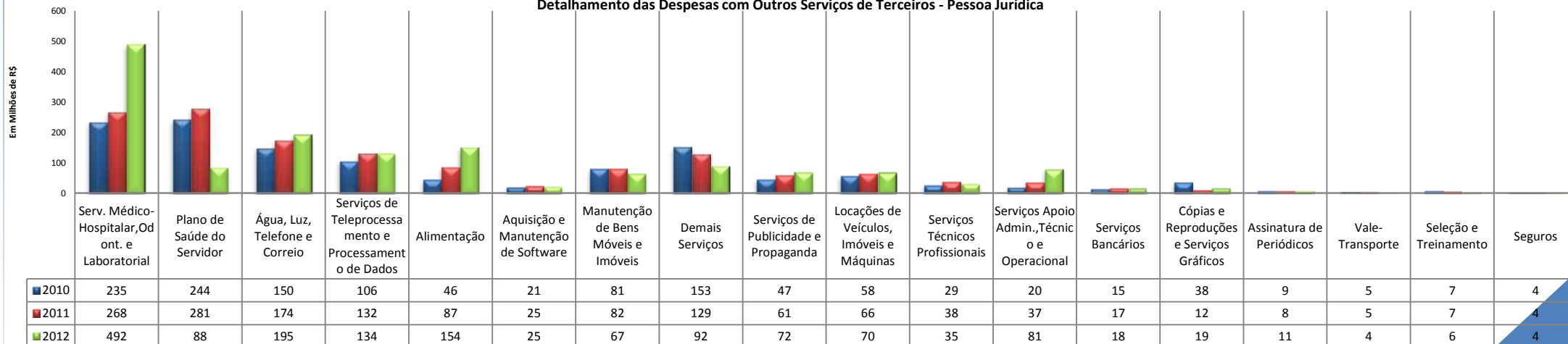


Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Neste quadro é apresentada a composição detalhada dos **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica** que representam 45,34% das Despesas com Custeio e Manutenção dos Serviços Públicos demonstradas na página anterior.



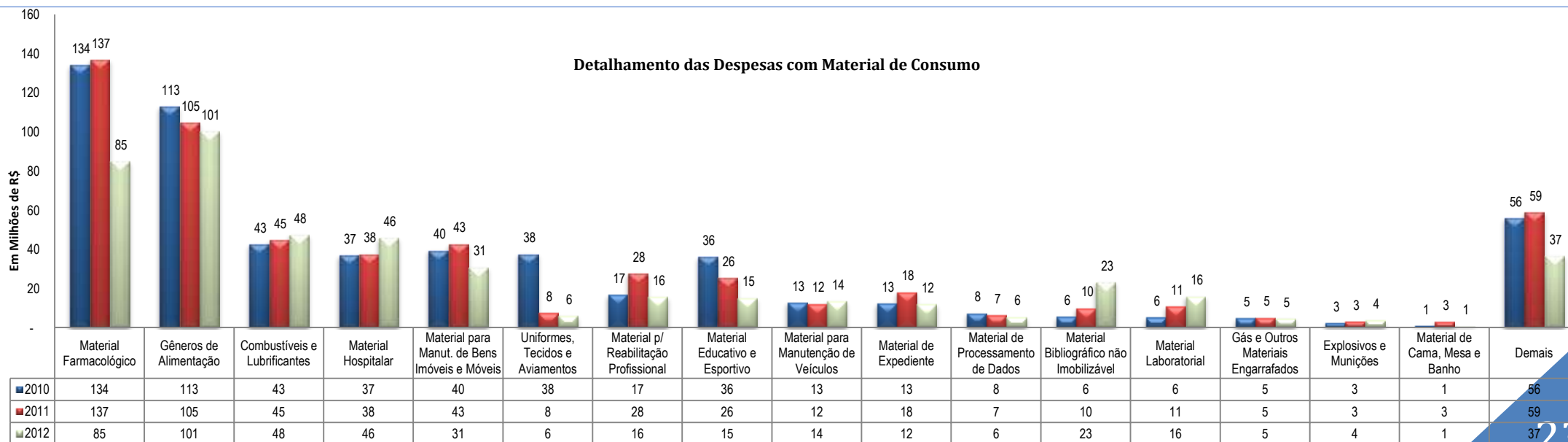
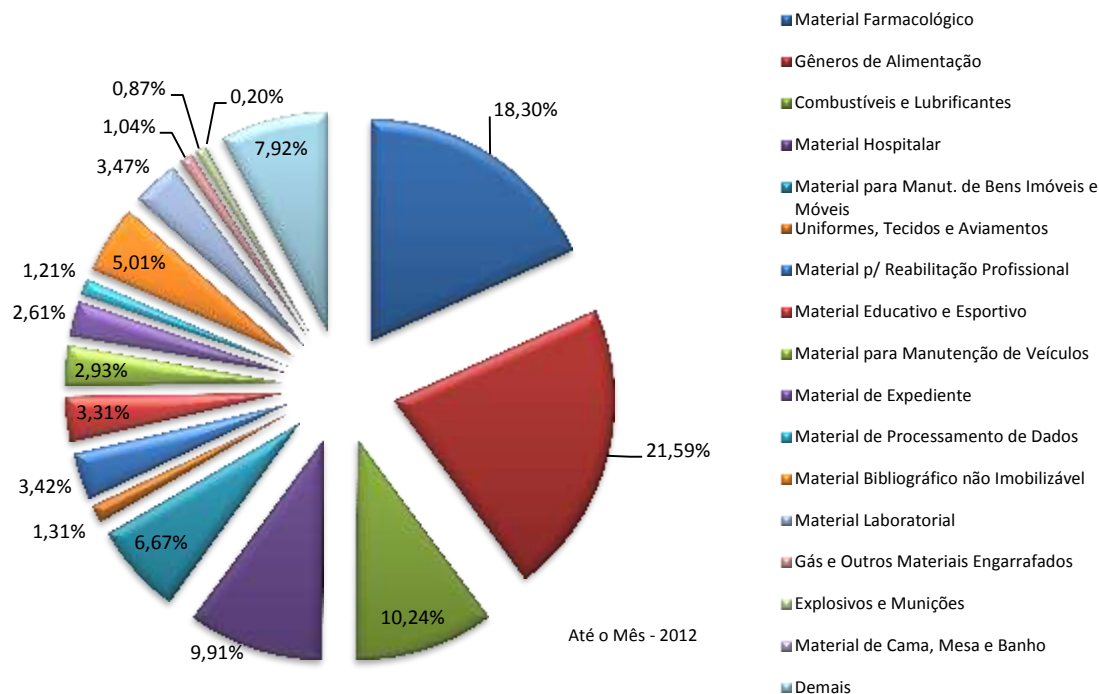
Detalhamento das Despesas com Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica





Material de Consumo

Neste quadro é apresentada a composição detalhada do Material de Consumo que representa, em média, 13,47% das Despesas com Custeio dos Serviços Públicos demonstradas na página 21.





Transferências voluntárias realizadas pelo Estado

As transferências voluntárias são recursos transferidos pelo Governo do Estado aos Municípios e às Instituições Privadas, com ou sem fins lucrativos, para execução de despesas correntes ou de capital e que não decorram de determinação constitucional ou legal.

Existem quatro tipos de transferências: Contribuições, Auxílios, Serviços de Transporte Escolar e Subvenções Sociais.

Contribuições

Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de manutenção (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços

Auxílios

Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de investimentos (realização de obras, aquisição de bens móveis e imóveis, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços.

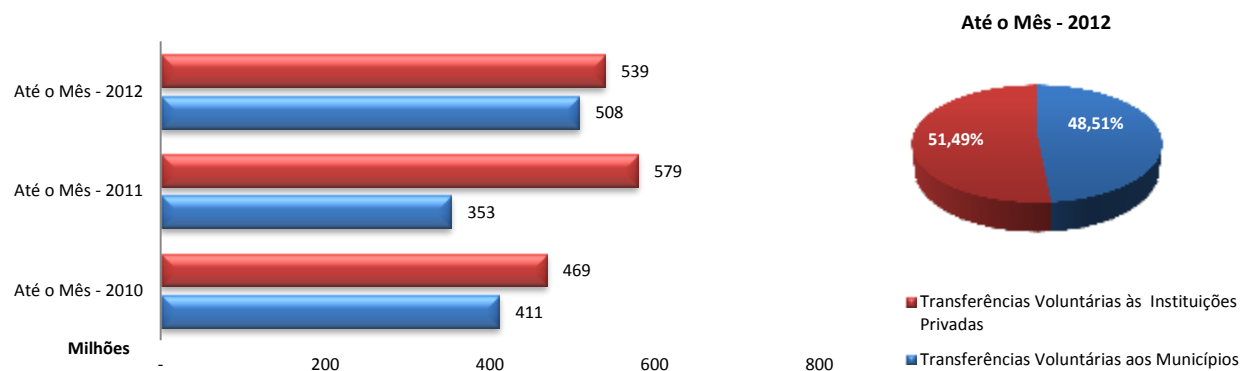
Subvenções Sociais

Representam os recursos repassados às Instituições Privadas de serviços essenciais de Assistência Social, Médica e Educacional, para atender despesas de manutenção da entidade (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc).

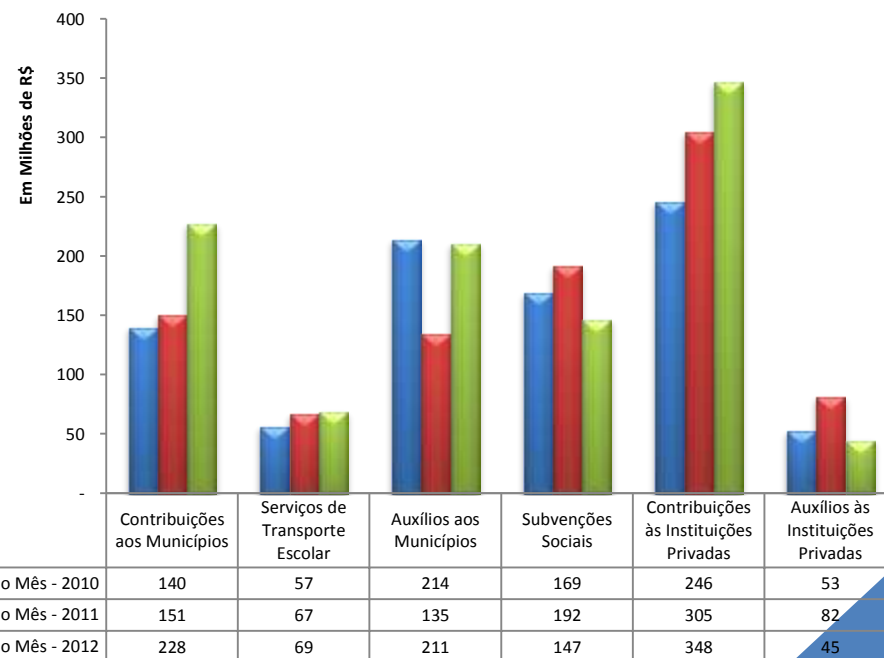
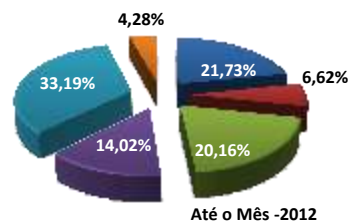
Serviços de Transporte Escolar

Representam os recursos repassados aos Municípios para atender despesas de locomoção e transporte de alunos e professores da rede pública.

Transferências Voluntárias



Detalhamento das Transferências Voluntárias



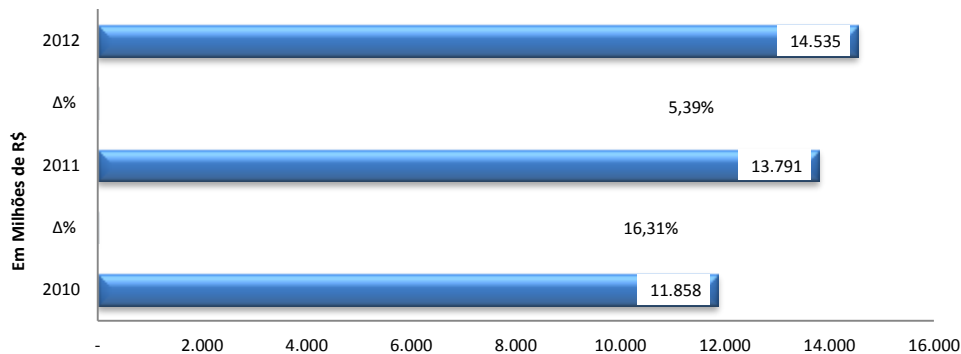
LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS



Receita Corrente Líquida – RCL

Conceito de receita estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal que serve de base para a verificação do cumprimento dos limites de Gastos com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, das contratações de Operações de Crédito (empréstimos de longo prazo) e Concessão de Garantias.

A Receita Corrente Líquida é calculada com base na receita arrecadada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses).



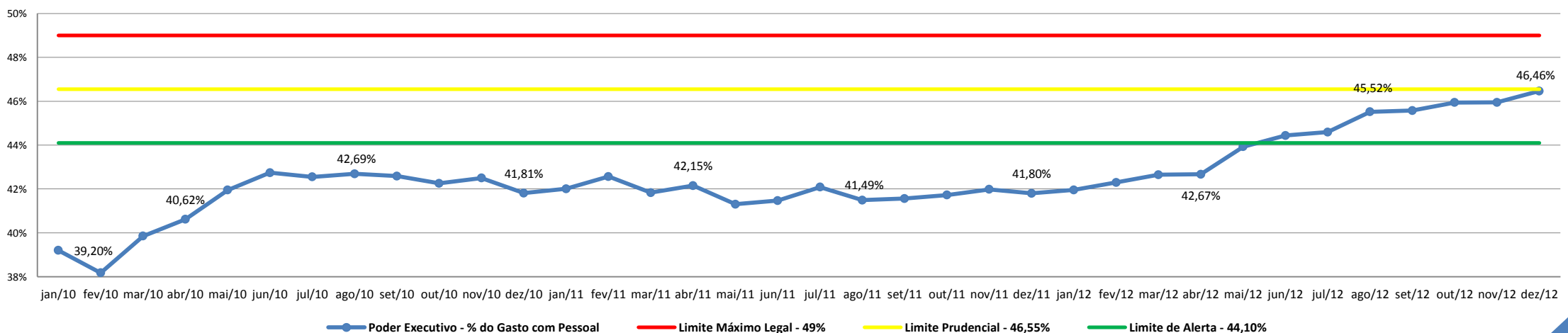
Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade

Os percentuais de Gastos com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida de cada Poder e Órgão são apurados tomando por base a Receita Corrente Líquida e as despesas com pessoal realizadas no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses).

A LRF estabeleceu o limite máximo para cada Poder e Órgão, no caso do Poder Executivo - 49% da RCL.



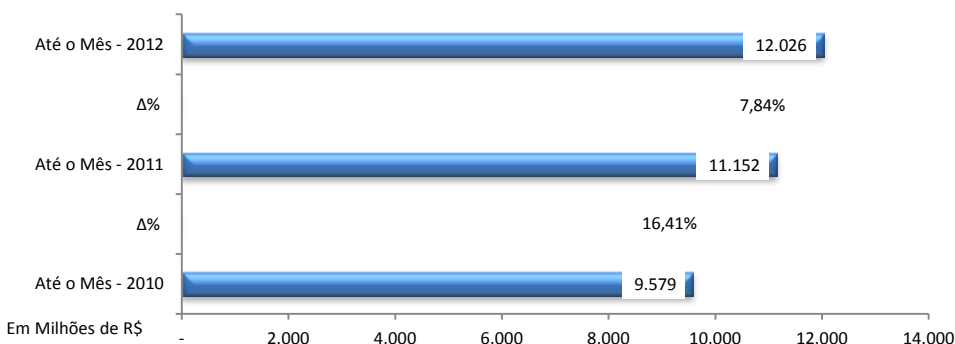
Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal





Receita Líquida de Impostos – RLI

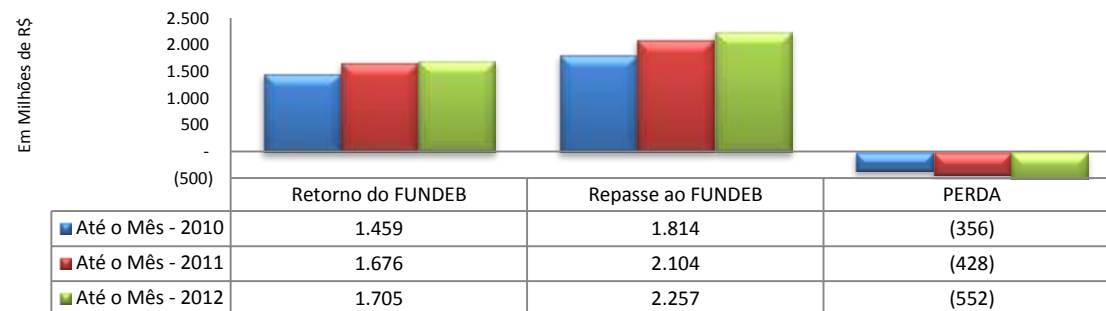
Esta receita serve de base para o cálculo dos valores a serem aplicados em saúde e educação. É composta pelas seguintes receitas: ICMS, IPVA, ITCMD, IRRF, FPE, ICMS-Desoneração (Lei Kandir), Cota-Parte IPI Exportação e Cota-Parte IOF-Ouro, deduzidos os valores repassados aos municípios sobre as receitas de ICMS (25%), IPVA (50%) e IPI (25%) e as devoluções aos contribuintes.



Recursos do FUNDEB

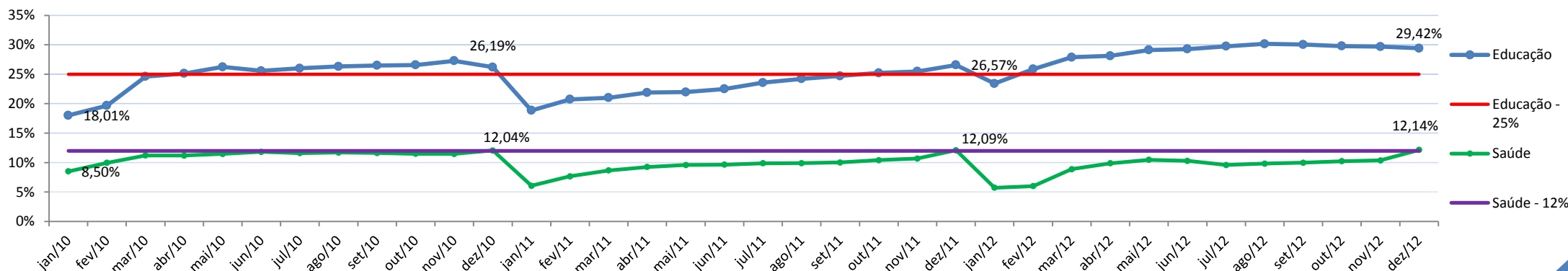
Das receitas arrecadadas pelo Estado e após a destinação constitucional aos municípios são destinados ao FUNDEB 20% dos seguintes impostos: ICMS, IPVA, ITCMD, FPE, ICMS Desoneração – LC nº87/1996 e IPI-Exportação.

A redistribuição dos recursos do FUNDEB ao Estado e aos Municípios catarinenses é realizada de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. Esta diferença é denominada de PERDA DO FUNDEB. No entanto o Estado de Santa Catarina não perde, pois estes recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses.



Aplicação em Educação e Saúde

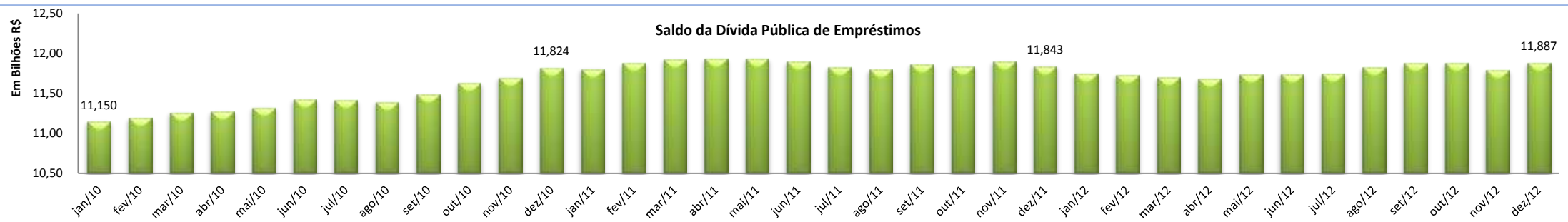
O Governo do Estado, por força da Constituição Federal, deve aplicar anualmente em Educação e serviços de Saúde Pública, no mínimo, o valor correspondente ao percentual de 25% e 12% da RLI, respectivamente. Esta aplicação, portanto, deve ser comprovada no final do exercício.





Dívida Pública de Empréstimos

A Dívida Pública de Empréstimos representa os valores que o Estado tem a obrigação de pagar em decorrência de empréstimos contraídos junto ao Governo Federal e às instituições financeiras, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

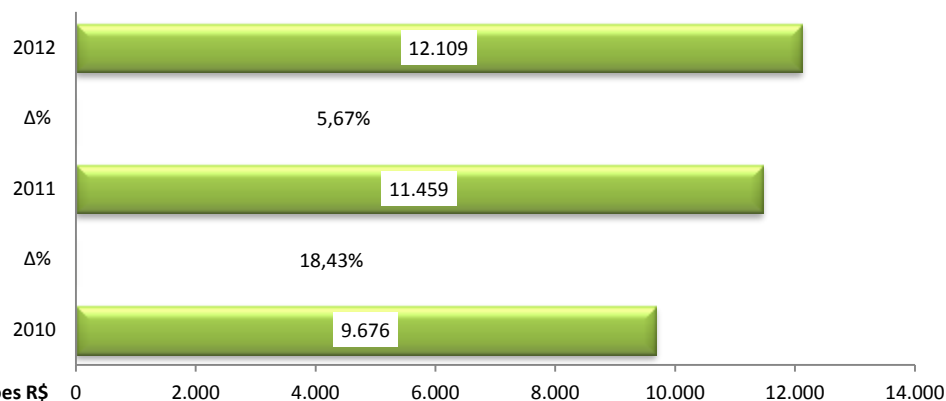


Receita Líquida Real

Conceito de receita estabelecido pela Lei Federal nº 9.496/97, que proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da federação e serve de base para o pagamento da dívida pública renegociada (intra-limite).

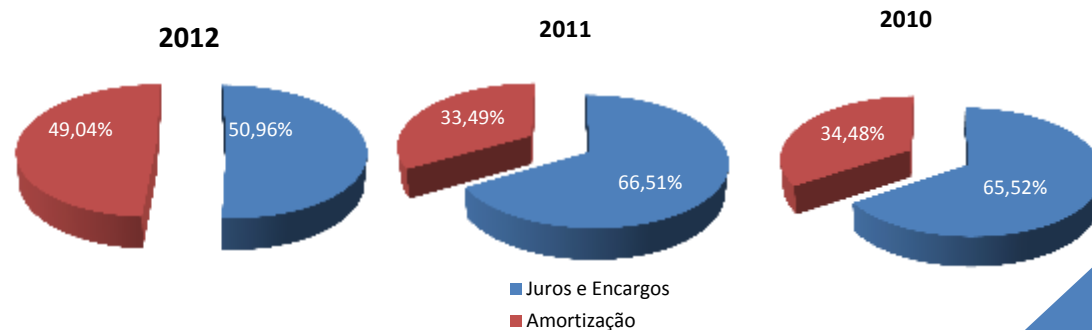
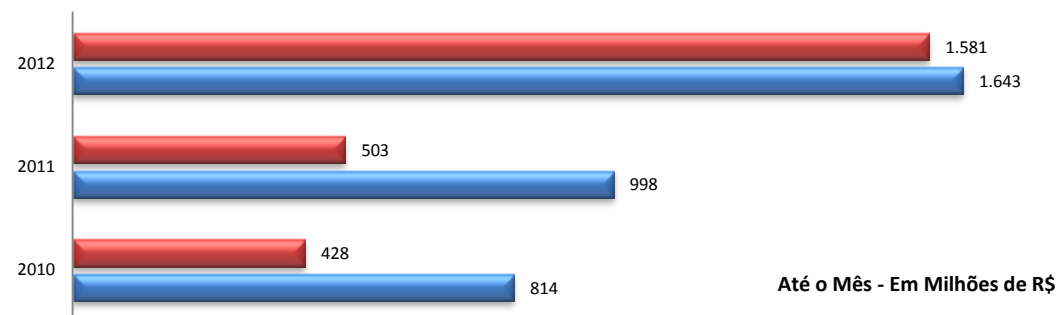
Pela renegociação do Estado com a União, o desembolso intra-limite é de 13% da Receita Líquida Real. No entanto tem-se também o desembolso com a dívida extra-limite, que corresponde aos contratos que naquela data não entraram na renegociação, bem como os desembolsos relativos aos contratos que foram firmados posteriormente a essa data.

A Receita Líquida Real é calculada com base na receita arrecadada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses).



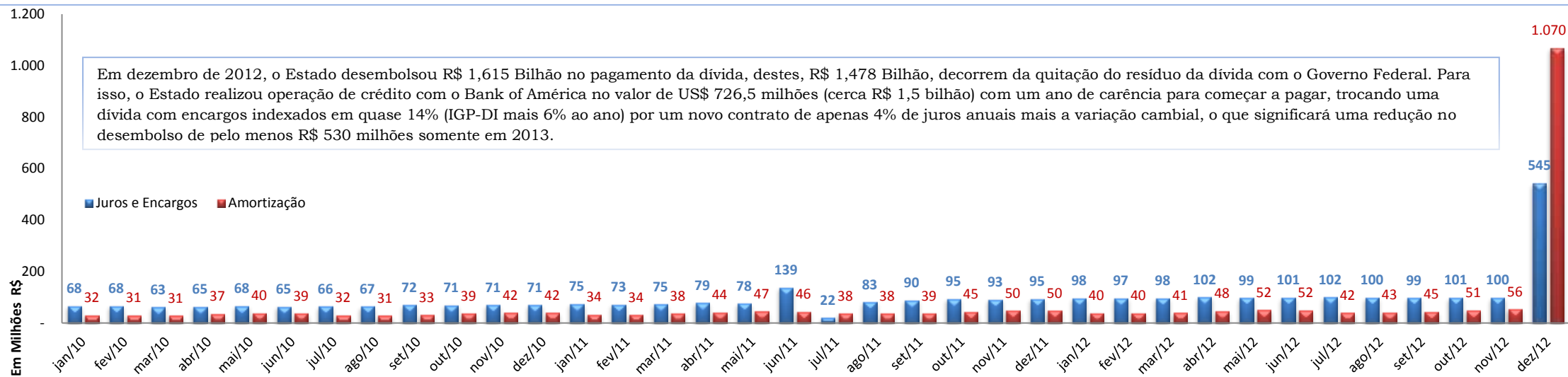
Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos

O pagamento da dívida engloba os juros e encargos e as amortizações.





Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos - Acompanhamento Mensal



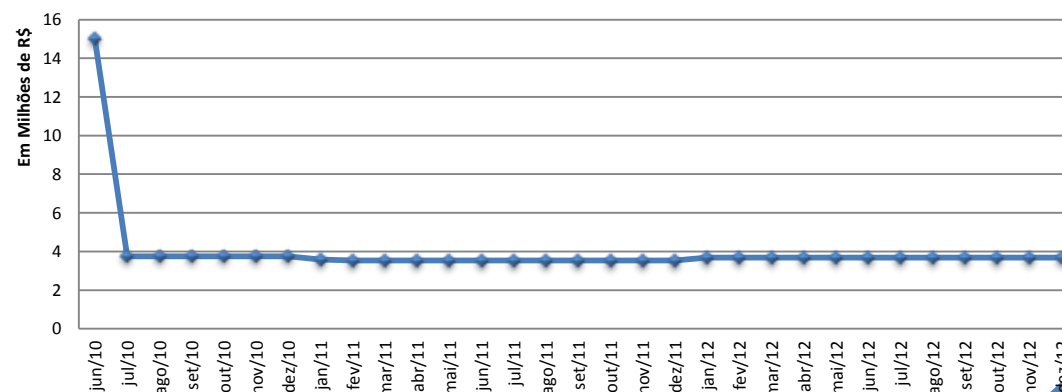
Saldo dos Precatórios a Pagar



Repasse para Pagamento dos Precatórios - Regime Especial

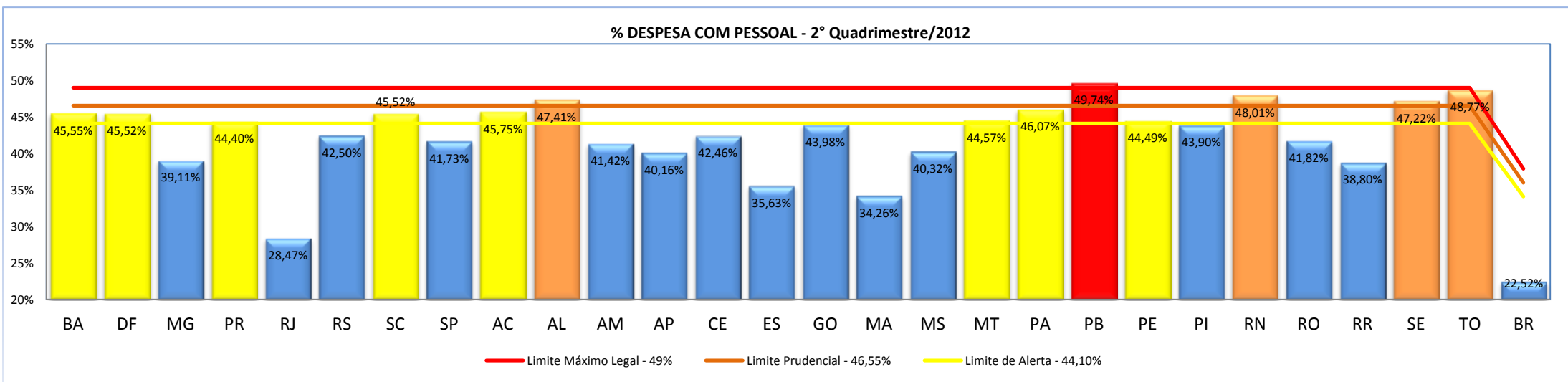
Desde 2010 os Precatórios são pagos conforme as regras estabelecidas na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto Estadual nº 3.061/2010, este que definiu a opção do Estado pelo pagamento dos precatórios em 15 anos.

No Exercício de 2012 o Estado deverá repassar ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina o montante de R\$ 44,09 milhões para o pagamento de precatórios, em 12 parcelas mensais de R\$ 3,67 milhões.

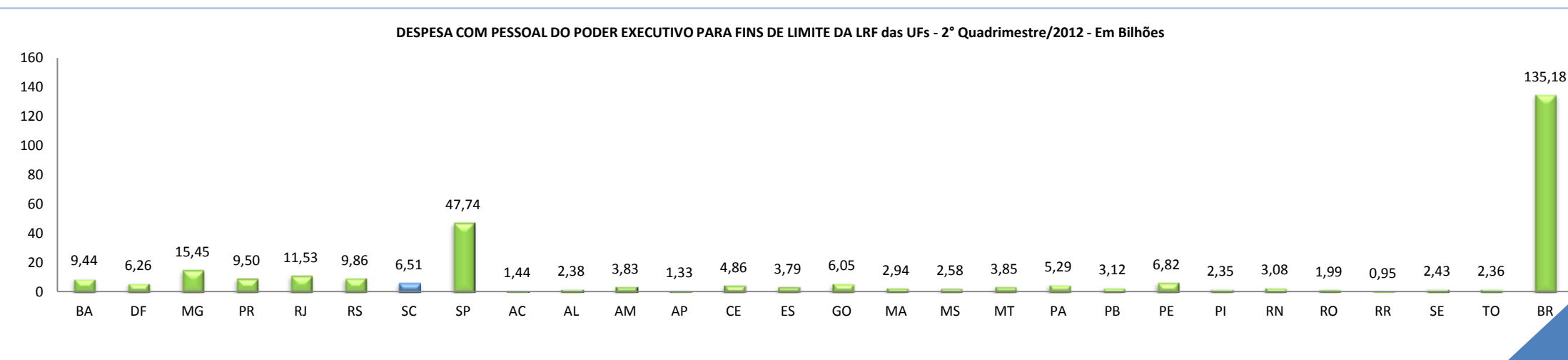




Lei de Responsabilidade Fiscal –SC no cenário nacional



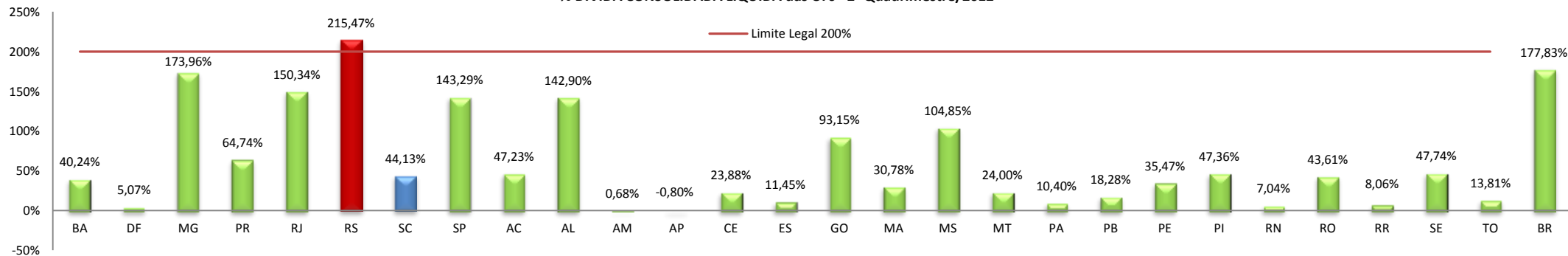
Comparativo do Gasto com Pessoal do Poder Executivo com outras Unidades da Federação



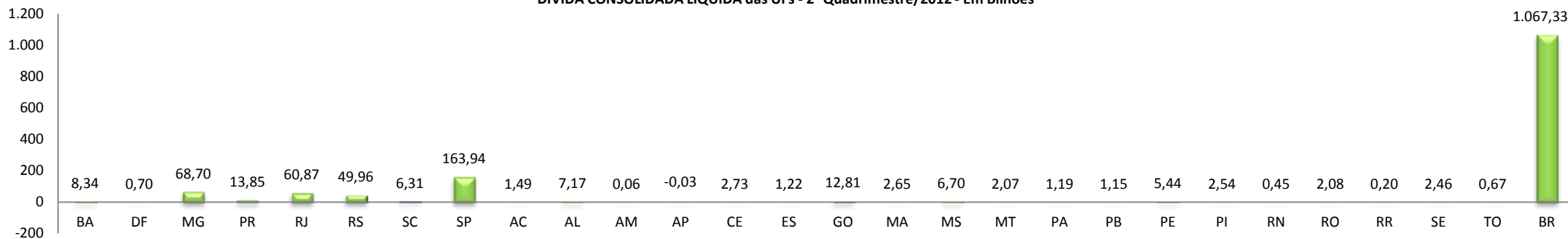


DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

% DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA das UFs - 2º Quadrimestre/2012

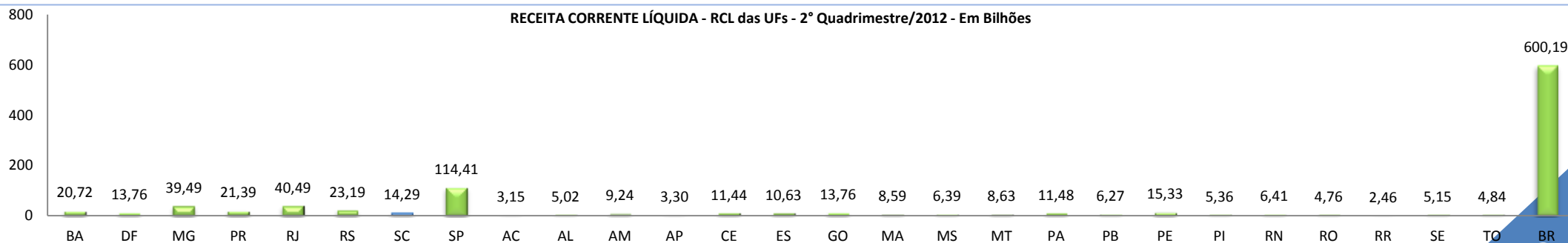


DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA das UFs - 2º Quadrimestre/2012 - Em Bilhões



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL das UFs - 2º Quadrimestre/2012 - Em Bilhões





PAINEL DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL



PAINEL DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO GERAL

INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
*1 Resultado da Execução Orçamentária (Déficit/Superávit) = (1.1 - 1.2)	1.955.013,81	308.179.777,68	306.224.763,87	15663,56%	(341.003.223,51)	(649.183.001,19)	-210,65%
** 1.1 Receita Arrecadada Líquida	13.168.918.579,60	15.259.959.632,65	2.091.041.053,05	15,88%	17.747.821.302,96	2.487.861.670,31	16,30%
1.1.1 Receita Bruta	18.255.484.356,44	21.292.441.496,67	3.036.957.140,23	16,64%	24.084.925.708,04	2.792.484.211,37	13,11%
1.1.2 Deduções da Receita (Deduzidas as Tranf.Const.e Legais aos Municípios, Fundeb e Restituições)	(5.086.565.776,84)	(6.032.481.864,02)	(945.916.087,18)	18,60%	(6.337.104.405,08)	(304.622.541,06)	5,05%
*** 1.2 Despesa Empenhada	13.166.963.565,79	14.951.779.854,97	1.784.816.289,18	13,56%	18.088.824.526,47	3.137.044.671,50	20,98%
1.3 Despesa Empenhada- Financiada com Recursos do Exercício Anterior	879.639.144,90	969.157.363,50	89.518.218,60	10,18%	1.292.850.357,37	323.692.993,87	33,40%
1.4 Despesa Paga	12.858.679.142,18	14.522.996.982,47	1.664.317.840,29	12,94%	17.695.609.073,34	3.172.612.090,87	21,85%
1.5 Despesa Empenhada a Pagar	308.284.423,61	428.782.872,50	120.498.448,89	39,09%	393.215.453,13	(35.567.419,37)	-8,29%

* O resultado da execução orçamentária é a diferença entre as receitas arrecadadas no ano e as despesas realizadas (empenhadas) no ano. No início da execução orçamentária, ou seja, na aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA, há o equilíbrio entre a receita prevista e a despesa fixada. No entanto, iniciada a execução orçamentária, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, dispõe-se de recursos disponíveis para contemplar ou suplementar despesas não fixadas na Lei Orçamentária, ou seja, as despesas são empenhadas com recursos de anos anteriores e não com recursos da receita arrecadada no exercício corrente.

** Para fins de comparação, desconsiderando a receita de operação de crédito de refinanciamento de dívida de R\$ 1,5 bilhão (mais detalhes, pág. 29): variação da Receita Arrecadada Líquida de 2011 para 2012 de 6,47%; variação da Receita Bruta de 2011 para 2012 de 6,07%.

*** Para fins de comparação, desconsiderando a operação de refinanciamento de dívida de R\$ 1,478 bilhão (mais detalhes, pág. 29), variação da Despesa Empenhada de 2011 para 2012 de 10,95%.



INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
2 Arrecadação Tributária Própria	7.420.177.336,86	8.597.361.372,21	1.177.184.035,35	15,86%	9.374.068.506,40	776.707.134,19	9,03%
Receita Tributária Bruta + Multa e Juros + Dívida Ativa	12.072.335.102,12	13.974.889.953,77	1.902.554.851,65	15,76%	15.169.452.391,23	1.194.562.437,46	8,55%
Deduções - Receita Tributária	(4.652.157.765,26)	(5.377.528.581,56)	(725.370.816,30)	15,59%	(5.795.383.884,83)	(417.855.303,27)	7,77%
ICMS Líquido	6.164.595.363,52	7.172.102.472,28	1.007.507.108,76	16,34%	7.672.516.402,24	500.413.929,96	6,98%
ICMS Bruto + Multa e Juros + Dívida Ativa ICMS	10.274.607.372,30	11.899.669.791,37	1.625.062.419,07	15,82%	12.759.463.152,27	859.793.360,90	7,23%
Dedução da Receita ICMS (25% Municípios + 20%* FUNDEB+ Restituições)	(4.110.012.008,78)	(4.727.567.319,09)	(617.555.310,31)	15,03%	(5.086.946.750,03)	(359.379.430,94)	7,60%
IPVA Líquido	351.305.937,32	364.685.507,02	13.379.569,70	3,81%	454.945.167,23	90.259.660,21	24,75%
IPVA Bruto + Multa e Juros + Dívida Ativa IPVA	878.596.112,02	995.828.777,11	117.232.665,09	13,34%	1.136.992.205,51	141.163.428,40	14,18%
Dedução da Receita IPVA (50% Municípios + 20%* FUNDEB+ Restituições)	(527.290.174,70)	(631.143.270,09)	(103.853.095,39)	19,70%	(682.047.038,28)	(50.903.768,19)	8,07%
IRRF	507.592.628,31	628.113.056,90	120.520.428,59	23,74%	730.785.737,50	102.672.680,60	16,35%
ITCMD e ITBI Líquido	58.367.941,33	74.026.841,44	15.658.900,11	26,83%	102.071.771,77	28.044.930,33	37,88%
ITCMD E ITBI BRUTO	73.168.767,34	92.759.519,05	19.590.751,71	26,77%	128.295.705,74	35.536.186,69	38,31%
DEDUÇÃO ITCMD E ITBI	(14.800.826,01)	(18.732.677,61)	(3.931.851,60)	26,57%	(26.223.933,97)	(7.491.256,36)	39,99%
TAXAS Líquido	338.315.450,93	358.433.468,06	20.118.017,13	5,95%	413.749.427,66	55.315.959,60	15,43%
Taxas - Brutas	338.156.119,48	358.130.175,46	19.974.055,98	5,91%	412.463.114,00	54.332.938,54	15,17%
Deduções - Taxas	(25.883,92)	(23.153,77)	2.730,15	-10,55%	(108.501,73)	(85.347,96)	368,61%

3 FUNDOSOCIAL (Deduzidas as Transferências aos Municípios)	285.790.030,36	318.036.329,56	32.246.299,20	11,28%	354.972.519,14	36.936.189,58	11,61%
---	-----------------------	-----------------------	----------------------	---------------	-----------------------	----------------------	---------------

4 SEITEC (Deduzidas as Transferências aos Municípios)	169.625.000,00	213.100.973,69	43.475.973,69	25,63%	161.100.317,22	(52.000.656,47)	-24,40%
--	-----------------------	-----------------------	----------------------	---------------	-----------------------	------------------------	----------------



INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
5 Resultado Líquido na Transferência para o FUNDEB	(355.761.220,04)	(428.368.866,49)	(72.607.646,45)	20,41%	(551.888.581,23)	(123.519.714,74)	28,83%
Transferências Recebidas do FUNDEB	1.458.556.748,51	1.675.904.977,68	217.348.229,17	14,90%	1.704.972.765,82	29.067.788,14	1,73%
Transferências Efetuadas ao FUNDEB	(1.814.317.968,55)	(2.104.273.844,17)	(289.955.875,62)	15,98%	(2.256.861.347,05)	(152.587.502,88)	7,25%

6 Transferências Constitucionais e Legais Recebidas da União (Deduzidas as Transf. Aos Municípios e FUNDEB)	1.624.042.594,93	1.710.112.137,79	86.069.542,86	5,30%	1.707.709.620,84	(2.402.516,95)	-0,14%
Participação na Receita da União	690.139.149,66	824.692.883,69	134.553.734,03	19,50%	797.919.624,89	(26.773.258,80)	-3,25%
Cota Parte FPE	499.430.388,42	615.202.323,77	115.771.935,35	23,18%	634.326.289,61	19.123.965,84	3,11%
Cota Parte FPE - Bruto	624.287.985,10	769.002.904,30	144.714.919,20	23,18%	792.907.861,61	23.904.957,31	3,11%
Deduções - Cota Parte FPE (20% FUNDEB)	(124.857.596,68)	(153.800.580,53)	(28.942.983,85)	23,18%	(158.581.572,00)	(4.780.991,47)	3,11%
Cota Parte IPI	141.786.143,72	151.379.031,04	9.592.887,32	6,77%	132.863.964,55	(18.515.066,49)	-12,23%
Cota Parte IPI - Bruto	236.310.238,40	252.298.383,82	15.988.145,42	6,77%	221.439.939,73	(30.858.444,09)	-12,23%
Deduções - Cota Parte IPI (25% Municípios + 20%* FUNDEB+ Restituições)	(94.524.094,68)	(100.919.352,78)	(6.395.258,10)	6,77%	(88.575.975,18)	12.343.377,60	-12,23%
Cota Parte CIDE	48.922.617,52	58.110.685,59	9.188.068,07	18,78%	30.727.656,82	(27.383.028,77)	-47,12%
Cota Parte CIDE - Bruto	65.230.156,69	77.480.914,13	12.250.757,44	18,78%	40.970.209,09	(36.510.705,04)	-47,12%
Deduções - Cota Parte CIDE(25% Municípios)	(16.307.539,17)	(19.370.228,54)	(3.062.689,37)	18,78%	(10.242.552,27)	9.127.676,27	-47,12%
Cota Parte IOF OURO	-	843,29	843,29	-	1.713,91	870,62	103,24%
Outras Transferências da União	933.903.445,27	885.419.254,10	(48.484.191,17)	-5,19%	909.789.995,95	24.370.741,85	2,75%
Repasse da Compensação Financeira pela Exploração Recursos Naturais	33.367.906,31	40.401.221,87	7.033.315,56	21,08%	28.725.064,76	(11.676.157,11)	-28,90%
Repasse Fundo a Fundo do SUS	554.037.995,86	464.208.194,11	(89.829.801,75)	-16,21%	462.406.691,92	(1.801.502,19)	-0,39%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
Repasse do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação - FNDE	194.014.529,78	236.546.665,48	42.532.135,70	21,92%	295.539.113,46	58.992.447,98	24,94%
Transferência Financeira do ICMS Desoneração (Lei Kandir - LC nº 87/96)	42.018.327,00	42.018.327,00	-	0,00%	42.018.327,00	-	0,00%
ICMS Desoneração - LC nº 87/96 - Bruto	52.522.908,72	52.522.908,72	-	0,00%	52.522.908,72	-	0,00%
Deduções - ICMS Desoneração - LC nº 87/96 (20% FUNDEB)	(10.504.581,72)	(10.504.581,72)	-	0,00%	(10.504.581,72)	-	0,00%
FEX - Fundo de Auxílio aos Estados Exportadores	43.607.947,53	54.683.167,50	11.075.219,97	25,40%	44.278.357,50	(10.404.810,00)	-19,03%
Transferências para Situação de Emergência e Calamidade	52.631.947,30	43.245.408,07	(9.386.539,23)	-17,83%	31.125.000,00	(12.120.408,07)	-28,03%
Demais Transferências Constitucionais e legais	14.224.791,49	4.316.270,07	(9.908.521,42)	-69,66%	5.697.441,31	1.381.171,24	32,00%

7	Convênios Recebidos da União	64.856.629,02	74.135.946,19	9.279.317,17	14,31%	99.243.049,65	25.107.103,46	33,87%
	Para despesas Correntes	57.830.817,51	69.975.469,26	12.144.651,75	21,00%	88.443.451,45	18.467.982,19	26,39%
	Para despesas de Capital	7.025.811,51	4.160.476,93	(2.865.334,58)	-40,78%	10.799.598,20	6.639.121,27	159,58%

*8	Meta	10.365.086.499,00	11.748.496.837,69	1.383.410.338,69	13,35%	13.541.220.914,00	1.792.724.076,31	15,26%
	Arrecadação	10.208.140.197,88	12.078.431.040,13	1.870.290.842,25	18,32%	14.310.847.881,34	2.232.416.841,21	18,48%
	Diferença	(156.946.301,12)	329.934.202,44	486.880.503,56	-310,22%	769.626.967,34	439.692.764,90	133,27%
	%	-1,51%	2,81%	4,32%	-285,47%	5,68%	2,88%	102,38%

9	Meta	3.081.964.846,00	3.256.536.919,00	174.572.073,00	5,66%	3.599.861.500,00	343.324.581,00	10,54%
	Arrecadação	2.960.778.381,72	3.181.528.592,52	220.750.210,80	7,46%	3.436.973.421,62	255.444.829,10	8,03%
	Diferença	(121.186.464,28)	(75.008.326,48)	46.178.137,80	-38,11%	(162.888.078,38)	(87.879.751,90)	117,16%
	%	-3,93%	-2,30%	1,63%	-41,42%	-4,52%	-2,22%	96,45%

*Para fins de comparação, desconsiderando a receita de operação de crédito de refinanciamento de dívida de R\$ 1,5 bilhão (mais detalhes, pág. 29), a variação da Arrecadação dos Recursos do Tesouro de 2011 para 2012 é de 6,06%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
10 Excesso de Arrecadação - Recursos do Tesouro (Fonte 0100)	116.734.140,62	211.240.879,01	94.506.738,39	80,96%	(520.624.103,26)	(731.864.982,26)	-346,46%

11 Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI	9.579.414.019,60	11.151.800.147,73	1.572.386.128,13	16,41%	12.026.391.125,30	874.590.977,57	7,84%
--	------------------	-------------------	------------------	--------	-------------------	----------------	-------

12 Aplicação em Saúde Mínimo Constitucional de 12% da RLI apurados no encerramento do exercício	A aplicar	1.149.529.682,35	1.338.216.017,73	188.686.335,38	16,41%	1.443.166.935,04	104.950.917,31	7,84%
	Valor aplicado	1.153.626.658,40	1.348.767.512,07	195.140.853,67	16,92%	1.460.566.795,01	111.799.282,94	8,29%
	Diferença	4.096.976,05	10.551.494,34	6.454.518,30	157,54%	17.399.859,97	6.848.365,63	64,90%
	% aplicado em relação a RLI	12,04%	12,09%	0,05%	0,43%	12,14%	0,05%	0,41%

13 Aplicação em Educação Mínimo Constitucional de 25% da RLI apurados no encerramento do exercício	A aplicar	2.394.853.504,90	2.787.950.036,93	393.096.532,03	16,41%	3.006.597.781,33	218.647.744,39	7,84%
	Valor aplicado	2.508.902.485,24	2.963.063.393,28	454.160.908,04	18,10%	3.538.042.814,83	574.979.421,56	19,40%
	Diferença	114.048.980,34	175.113.356,35	61.064.376,01	53,54%	531.445.033,51	356.331.677,16	203,49%
	% aplicado em relação a RLI	26,19%	26,57%	0,38%	1,45%	29,42%	2,85%	10,72%

14 Aplicação em Segurança Pública Não existe mínimo Constitucional a aplicar. Cálculo apenas gerencial	Valor aplicado	1.534.141.212,11	1.692.891.098,29	158.749.886,18	10,35%	1.609.102.154,41	(83.788.943,88)	-4,95%
	% aplicado em relação a RLI	16,01%	15,18%	-0,83%	-5,21%	13,38%	-1,80%	-11,86%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
15 Receita Corrente Líquida - RCL (soma dos últimos 12 meses)	11.857.683.741,63	13.791.475.371,47	1.933.791.629,84	16,31%	14.535.174.071,92	743.698.700,45	5,39%

16 Gasto com Pessoal conforme LRF Poder Executivo	Despesas para Fins de Limite	4.958.010.374,74	5.765.047.319,56	807.036.944,82	16,28%	6.753.456.998,02	988.409.678,46	17,14%
	% em relação a RCL	41,81%	41,80%	-0,01%	-0,03%	46,46%	4,66%	11,15%

*17 Investimentos realizados diretamente pelo Estado por Função de Governo	859.599.467,49	808.797.703,92	(50.801.763,57)	-5,91%	745.077.848,41	(63.719.855,51)	-7,88%
Transporte e Urbanismo	257.744.513,27	287.217.045,29	29.472.532,02	11,43%	218.347.301,33	(68.869.743,96)	-23,98%
Educação	229.379.097,26	181.837.887,72	(47.541.209,54)	-20,73%	175.357.374,95	(6.480.512,77)	-3,56%
Saúde	42.425.435,36	22.602.322,62	(19.823.112,74)	-46,72%	39.774.349,56	17.172.026,94	75,97%
Segurança Pública	101.732.796,64	101.479.686,70	(253.109,94)	-0,25%	49.978.010,97	(51.501.675,73)	-50,75%
Judiciária	25.177.046,71	61.640.205,05	36.463.158,34	144,83%	47.128.581,55	(14.511.623,50)	-23,54%
Administração	86.204.431,42	43.712.061,42	(42.492.370,00)	-49,29%	56.335.929,90	12.623.868,48	28,88%
Legislativa	22.068.831,24	22.603.768,78	534.937,54	2,42%	7.620.992,65	(14.982.776,13)	-66,28%
Habitação	15.628.949,25	9.453.608,54	(6.175.340,71)	-39,51%	3.200.361,59	(6.253.246,95)	-66,15%
Agricultura	13.825.741,48	25.848.229,45	12.022.487,97	86,96%	25.762.245,91	(85.983,54)	-0,33%
Demais Funções	65.412.624,86	52.402.888,35	(13.009.736,51)	-19,89%	121.572.700,00	69.169.811,65	132,00%

* - Não Inclui as transferências voluntárias repassadas aos municípios e as instituições privadas



INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
*18 Despesas de Custeio realizadas diretamente pelo Estado (manutenção dos serviços públicos)	2.896.537.199,36	3.200.482.827,79	303.945.628,43	10,49%	3.456.802.635,93	256.319.808,14	8,01%
Obrigações Patronais - Contribuição ao Plano de Saúde	96.061.337,04	126.479.734,36	30.418.397,32	31,67%	140.406.947,18	13.927.212,82	11,01%
Auxílio-Alimentação	218.183.319,52	241.142.445,35	22.959.125,83	10,52%	358.914.399,37	117.771.954,02	48,84%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.268.321.420,06	1.433.708.087,17	165.386.667,11	13,04%	1.567.403.160,55	133.695.073,38	9,33%
Material de Consumo	567.767.733,97	558.618.922,30	(9.148.811,67)	-1,61%	465.703.643,71	(92.915.278,59)	-16,63%
Locação de Mão-de-Obra (Contratação de Terceirizados)	232.187.339,28	269.176.180,93	36.988.841,65	15,93%	307.610.074,10	38.433.893,17	14,28%
Obrigações Tributárias e Contributivas	127.344.412,32	167.722.538,55	40.378.126,23	31,71%	157.011.018,58	(10.711.519,97)	-6,39%
Sentenças Judiciais (Inclui pagamento de precatórios)	125.343.672,21	122.191.202,54	(3.152.469,67)	-2,52%	100.644.874,52	(21.546.328,02)	-17,63%
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	58.180.274,62	70.265.209,31	12.084.934,69	20,77%	85.126.052,22	14.860.842,91	21,15%
Indenizações e Restituições	58.429.302,88	57.380.947,50	(1.048.355,38)	-1,79%	112.174.350,80	54.793.403,30	95,49%
Diárias (Pessoal Civil e Militar)	50.908.521,32	53.341.481,46	2.432.960,14	4,78%	51.537.297,03	(1.804.184,43)	-3,38%
Passagens e Despesas com Locomoção	11.424.514,33	12.290.271,75	865.757,42	7,58%	13.843.110,32	1.552.838,57	12,63%
Demais Despesas de Custeio	82.385.351,81	88.165.806,57	5.780.454,76	7,02%	96.427.707,55	8.261.900,98	9,37%
19 Transferências Voluntárias aos Municípios	410.871.401,26	352.740.878,83	(58.130.522,43)	-14,15%	508.049.633,41	155.308.754,58	44,03%
Contribuições - Despesas de Custeio	140.258.477,27	150.612.050,06	10.353.572,79	7,38%	227.628.734,09	77.016.684,03	51,14%
Serviços de Transporte Escolar	56.745.311,13	67.427.069,23	10.681.758,10	18,82%	69.293.159,35	1.866.090,12	2,77%
Auxílios - Despesas de Investimento (obras e equipamentos)	213.867.612,86	134.701.759,54	(79.165.853,32)	-37,02%	211.127.739,97	76.425.980,43	56,74%

* - Não Inclui as transferências voluntárias repassadas aos municípios e as instituições privadas



INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
20 Transferências Voluntárias às Instituições Privadas	468.587.798,33	579.279.553,02	110.691.754,69	23,62%	539.270.092,41	(40.009.460,61)	-6,91%
Despesas de Custeio (para a manutenção das entidades)	415.506.231,42	497.749.760,40	82.243.528,98	19,79%	494.399.116,54	(3.350.643,86)	-0,67%
Subvenções Sociais	169.431.038,59	192.337.751,86	22.906.713,27	13,52%	146.830.653,93	(45.507.097,93)	-23,66%
Contribuições	246.075.192,83	305.412.008,54	59.336.815,71	24,11%	347.568.462,61	42.156.454,07	13,80%
Despesas de Investimento (para obras e equipamentos das entidades)	53.081.566,91	81.529.792,62	28.448.225,71	53,59%	44.870.975,87	(36.658.816,75)	-44,96%
Auxílios - Transferências às Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	53.081.566,91	81.529.792,62	28.448.225,71	53,59%	44.870.975,87	(36.658.816,75)	-44,96%
Auxílios - Transferências às Instituições Privadas com Fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-	-
21 Saldo da Dívida Pública de Empréstimos	11.824.421.438,90	11.843.370.768,58	18.949.329,68	0,16%	11.887.291.786,83	43.921.018,25	0,37%
22 Receita Líquida Real - RLR (soma dos últimos 12 meses)	9.675.675.122,85	11.459.357.563,14	1.783.682.440,29	18,43%	12.108.744.602,40	649.387.039,26	5,67%
* 23 Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos	1.242.705.320,74	1.500.905.124,72	258.199.803,98	20,78%	3.223.650.117,01	1.722.744.992,29	114,78%
Juros e Encargos da Dívida	814.236.874,00	998.236.999,56	184.000.125,56	22,60%	1.642.840.091,19	644.603.091,63	64,57%
Amortização da Dívida (Principal)	428.468.446,74	502.668.125,16	74.199.678,42	17,32%	1.580.810.025,82	1.078.141.900,66	214,48%
% de pagamento sobre a RLR do mês	12,84%	13,10%	14,48%	112,71%	26,62%	265,29%	2025,46%

*Em dezembro de 2012, o Estado desembolsou R\$ 1,615 bilhão no pagamento da dívida, destes, R\$ 1,478 bilhão, decorrem da quitação do resíduo da dívida com o Governo Federal. Para isso, o Estado realizou operação de crédito com o Bank of América no valor de US\$ 726,5 milhões (cerca R\$ 1,5 bilhão) com um ano de carência para começar a pagar, trocando uma dívida com encargos indexados em quase 14% (IGP-DI mais 6% ao ano) por um novo contrato de apenas 4% de juros anuais mais a variação cambial, o que significará uma redução no desembolso de pelo menos R\$ 530 milhões somente em 2013.

Para fins de comparação, desconsiderando a operação de refinanciamento de dívida de R\$ 1,478 bilhão (R\$ 445 milhões de Juros e Encargos e R\$ 1,033 bilhão de Amortização): variação dos Juros e Encargos da Dívida de 2011 para 2012 de 20%; variação da Amortização da Dívida de 2011 para 2012 de 8,98%.



INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
24 Saldo de Precatórios a Pagar	593.575.170,70	579.338.502,30	(14.236.668,40)	-2,40%	1.273.255.618,42	693.917.116,12	119,78%
25 Pagamento de Precatórios - Regime Especial (valores repassados pelo Poder Executivo ao Tribunal de Justiça)	37.501.411,10	42.398.226,48	4.896.815,38	13,06%	44.097.199,20	1.698.972,72	4,01%
26 Saldo dos Restos a Pagar inscritos no Exercício	308.284.423,61	428.782.872,50	120.498.448,89	39,09%	393.215.453,13	(35.567.419,37)	-8,29%
Poder Executivo	246.171.521,14	381.657.702,79	135.486.181,65	55,04%	339.141.252,24	(42.516.450,55)	-11,14%
Assembleia Legislativa	5.592.639,70	8.705.833,80	3.113.194,10	55,67%	7.853.299,47	(852.534,33)	-9,79%
Tribunal de Contas	4.158.617,60	5.589.480,93	1.430.863,33	34,41%	3.381.409,56	(2.208.071,37)	-39,50%
Poder Judiciário	47.570.686,76	28.414.894,50	(19.155.792,26)	-40,27%	32.237.349,59	3.822.455,09	13,45%
Ministério Público	4.790.958,41	4.414.960,48	(375.997,93)	-7,85%	10.602.142,27	6.187.181,79	140,14%
27 Receita Líquida Disponível	9.388.959.819,53	10.602.112.119,22	1.213.152.299,69	12,92%	9.729.409.044,34	(872.703.074,88)	-8,23%
28 Repasse aos Poderes e Udsc	1.615.265.082,21	1.921.486.235,59	306.221.153,38	18,96%	2.038.430.283,96	116.944.048,37	6,09%
Assembleia Legislativa	340.540.216,74	400.529.220,81	59.989.004,07	17,62%	420.083.649,19	19.554.428,38	4,88%
Tribunal de Contas	119.649.265,34	147.563.397,14	27.914.131,80	23,33%	154.677.559,72	7.114.162,58	4,82%
Tribunal de Justiça	681.080.433,40	811.598.684,25	130.518.250,85	19,16%	867.425.556,52	55.826.872,27	6,88%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIAÇÃO 2010/2011		ANO	VARIAÇÃO 2011/ 2012	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%
Ministério Público	285.317.479,08	340.449.837,69	55.132.358,61	19,32%	364.311.878,49	23.862.040,80	7,01%
Fundação Universidade do Estado de SC. UDESC	188.677.687,65	221.345.095,70	32.667.408,05	17,31%	231.931.640,04	10.586.544,34	4,78%
29 Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Devedores em atraso)	12.406.672,50	14.447.101,95	2.040.429,45	16,45%	20.707.333,52	6.260.231,57	43,33%
Estoque da Dívida Ativa Tributária	6.017.790.335,69	6.599.958.903,28	582.168.567,59	9,67%	7.673.285.934,84	1.073.327.031,56	16,26%
Estoque da Dívida Ativa Não Tributária	55.472.218,27	72.613.183,99	17.140.965,72	30,90%	109.378.314,72	36.765.130,73	50,63%
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	6.060.855.881,46	6.658.124.985,32	597.269.103,86	9,85%	7.761.956.916,04	1.103.831.930,72	16,58%
30 Cobrança da Dívida Ativa (Principal mais Multas e Juros)	20.378.919,99	80.513.868,88	60.134.948,89	295,08%	44.241.692,38	(36.272.176,50)	-45,05%
Receita da Dívida Ativa Tributária	16.662.497,35	76.606.585,05	59.944.087,70	359,75%	36.741.309,30	(39.865.275,75)	-52,04%
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	3.716.422,64	3.907.283,83	190.861,19	5,14%	7.500.383,08	3.593.099,25	91,96%
31 Resultado Financeiro - Corresponde à diferença entre a Disponibilidade (Saldo em Bancos e Aplicações Financeiras) e as Despesas Empenhadas e não Pagas, Consignações e Depósitos de Terceiros.	1.153.145.851,80	1.540.358.446,53	387.212.594,73	33,58%	1.668.485.601,64	128.127.155,11	8,32%